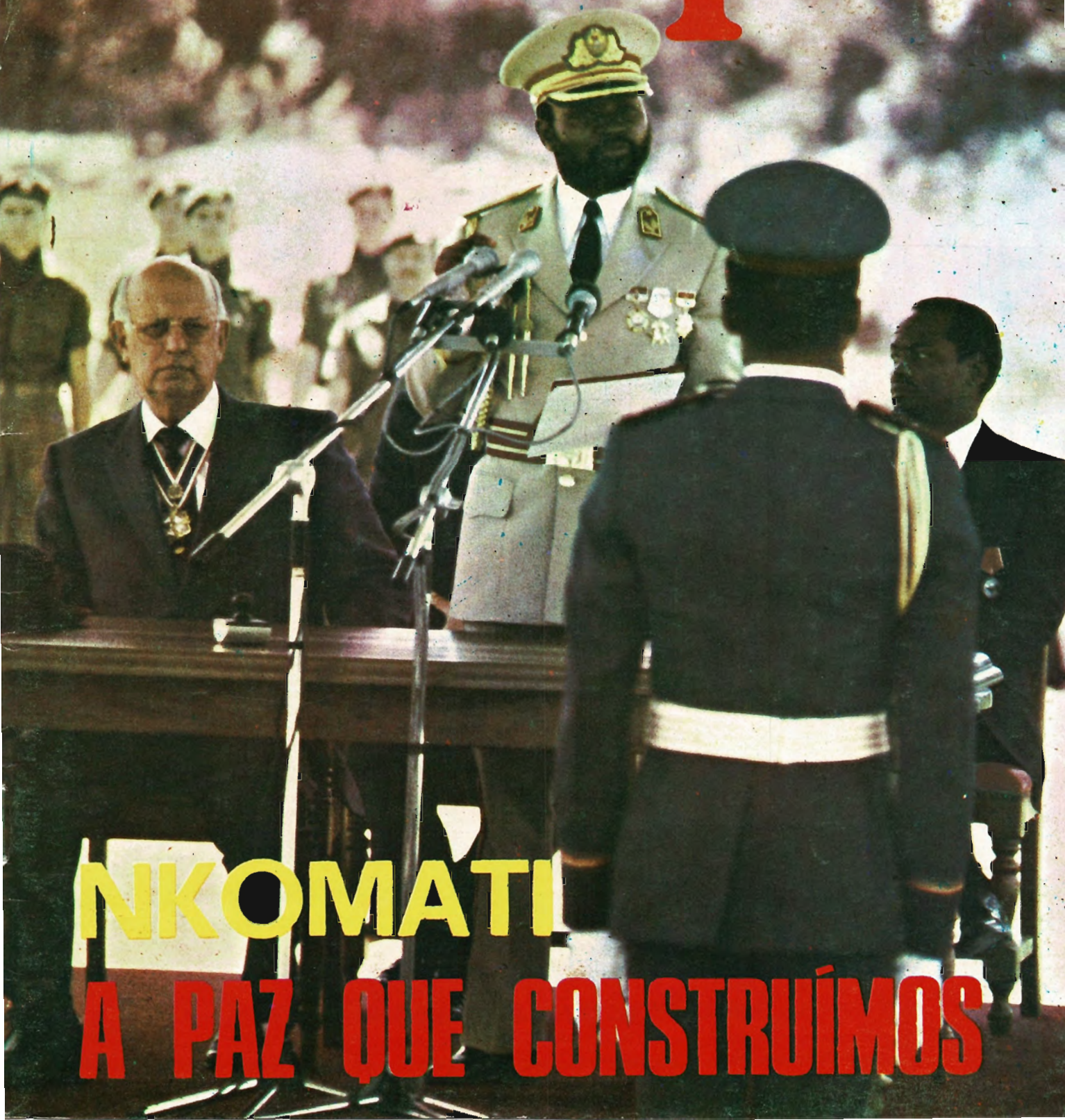


N.º 702 — 25 DE MARÇO DE 1984 — 15,00 MT
MAPUTO — REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Tempo



NKOMATI

A PAZ QUE CONSTRUÍMOS



DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM ANGOLA

a cargo da **EDIL** – *Empresa Distribuidora Livreira*

Rua da Missão N.º 107/111, C.P. 1245, Telefs. 36756-31034 – LUANDA-RPA

PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO 60,00 KZ

Tempo

SEMANÁRIO ILUSTRADO

DIRECTOR

Albino Magaia.

CHEFE DE REDACÇÃO

Luís David.

REDACÇÃO

Nacional — Fernando Manuel, Hilário Matusse, Augusto Casimiro, Rui Zunguza.

Internacional — Alves Gomes, Xavier Tsenane, Filipe Ribas, Correia Paulo.

FOTOGRAFIA

Kok Nam, Danilo Guimarães, Naita Ussene, Alberto Muilanga, Francisco Munia.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

José Maposse, Simão Dzimba, Jaime Macamo.

MAQUETIZAÇÃO

Eugénio Aldasse.

COLABORAM NESTE NÚMERO

Casimiro Sengo, Guimarães Lucas Júnior, Luís Carlos Patraquim.

DESENHO

Sérgio Tique.

SECRETARIA DA REDACÇÃO

Ilda Rostalina.

REVISÃO

Guilherme Morbey, António Fernandes.

ARQUIVO

Belmira Langa, Narcésia Massango, Ruth Ndimande, Elizabeth Dambo.

AGÊNCIAS:

Agência de Informação de Moçambique (AIM).
NOVOSTI

ADMINISTRADOR

Nataniel Mabasso.

CHEFE DAS OFICINAS

Jorge Manhique.

Endereço Postal: Av. Ahmed Sekou Touré, 1078

C. P., 2917 — Telefones: 26191/2/3

Telex n.º 6-486 TEMPO MO

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Preço: Moçambique 15,00 MT — Angola 60 Kwanzas

ASSINATURAS:

Para todo o País: — 1 ano (52 números) 1 404,00 MT;
6 meses (26 números) 702,00 MT; 3 meses (13
números) 351,00 MT.

Países vizinhos — 1 ano (52 números) 1 872,00 MT;
6 meses 26 números 936,00 MT; 3 meses (13 nú-
meros) 468,00 MT.

Restantes Países — 1 ano (52 números) 2 808,00
MT; 6 meses (26 números) 1 404,00 MT; 3 meses
(13 números) 702,00 MT.

EDIÇÃO 702
25 DE MARÇO
1984

CAPA:

Nkomati: A paz que
construímos

Slide de Kok Nam



Tempo

nacional

Itália-Moçambique: Contrato de
três milhões de dólares pa-
ra recuperação de empresas
agrícolas. — Encarregados
de educação visitam escolas
em Cuba. — Maputo: Con-
tentores irão melhorar re-
colha de lixo. — Nampula:
1983 ano de aprendizagem.
— Velha mentalidade ali-
menta o lobolo 4

Nkomati. A paz que construímos 8

Lição sobre coexistência 10

O caminho para Nkomati 14

Histórias que fazem parte da
história 20

Acordo de Nkomati: Atitude co-
rajosa e soberana 24

Vitória da nossa soberania.
— Prof. Aquino de Bragança
em entrevista 26

Reportagem fotográfica: Prepa-
rativos da Assinatura do Acor-
do 28

Documentos: A c o r d o de Nko-
mati 32

Feito pelo Povo inteiro. — Pre-
sidente Samora Machel no Co-
mício Popular do Xipamanine 43

Tempo

cultural

Magazine 53

Xadrez 59

NOTA DE ABERTURA

Definido pelo Presidente Samora Machel como «um documento único entre Estados da nossa zona» a assinatura do Acordo de Nkomati encontrou o mais amplo apoio, tanto a nível interno como internacional.

Em Maputo, no dia imediato ao da assinatura do Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança, mais de uma centena de milhar de pessoas reunia-se no Xipamanine para manifestar o seu total apoio à política socialista de Paz do nosso Estado. Idênticas manifestações tiveram já lugar em outras capitais provinciais.

Enquanto isto, Chefes de Estado e de Governo de diferentes países continuam também a exprimir o seu «apoio sem reservas» e a sua solidariedade total à República Popular de Moçambique, como é o caso da Argélia, cujo mensageiro especial de Chadli Benjedid foi recebido na passada terça-feira pelo Chefe do Estado moçambicano.

Ponto comum a todas as mensagens recebidas em Moçambique até ao fecho da presente edição, é o de salientar a importância do Acordo de Nkomati para o estabelecimento da Paz na região, condição para permitir o desenvolvimento económico e garantir o bem-estar.

«Paz, segurança, estabilidade e progresso foram sempre objectivos da luta do Povo moçambicano», como declarou o Chefe do Estado moçambicano após a assinatura do Acordo de Nkomati. E, daí, também a sua afirmação solene de que «o Governo da República Popular de Moçambique, no espírito e não só na letra, cumprirá a sua palavra».

ACORDO DE NKOMATI CONSOLIDA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

● Presidente Samora Machel oferece recepção



O Presidente Samora Machel dialogando com comandantes militares provinciais, durante a recepção

Uma saudação especial às Forças de Defesa e Segurança pelo brilhante trabalho que fizeram, foi feita pelo Presidente Samora Machel no decorrer de uma recepção que ofereceu na passada terça-feira em que participaram todas as pessoas que estiveram envolvidas na preparação e na realização da cerimónia da Assinatura do Acordo de Nkomati. Presentes também, membros do Bureau Político do Partido Frelimo, comandantes militares provinciais e embaixadores moçambicanos.

Disse na ocasião o Presidente Samora Machel que as Forças de Defesa e Segurança particularmente as Forças Armadas «criaram estas condições propícias à vitória. Souberam ser políticos, militares e

diplomatas» e que souberam compreender os objectivos essenciais, os interesses nacionais, a defesa da Independência Nacional.

O Chefe do Estado moçambicano que convidou a um brinde à vitória, saudou também de forma especial o trabalho desenvolvido pelos Órgãos de Informação que difundiram a justeza da nossa luta, que fizeram compreender ao mundo que o nosso País era vítima de uma agressão, de uma guerra não declarada. Explicou também que a Assinatura do Acordo é o resultado de termos assumido a responsabilidade de que somos uma Nação, acrescentando que os nossos desejos de paz, tranquilidade, progresso e bem-

-estar são comuns, e que «tudo o que estiver correcto para o nosso Povo faremos».

O Presidente da República elogiou também o trabalho do

protocolo, afirmando que já temos um protocolo nacional e que agora importa consolidá-lo.

Beira

CHUVAS PROVOCAM TRÊS MORTOS E ELEVADOS DANOS MATERIAIS

Em consequência das fortes chuvas que nos passados dias 14 e 15 caíram na cidade da Beira, centenas de pessoas ficaram desalojadas e três crianças morreram. Os desalojados encontram-se, neste momento, acomodados no Pavilhão Coberto do Ferrovário e na Pousada dos CFM-Centro.

No bairro Alto da Manga, bem como na zona da ponte

da auto-estrada, a água das chuvas submergiu metade da altura das casas e destruiu várias machambas das populações, tendo sido seriamente danificadas as culturas de arroz que preenchiam a zona. A Fábrica de Cartonagem da Beira (CARBEIRA), localizada no mesmo bairro, ficou parcialmente inundada, com parte do seu equipamento industrial submerso.

Transportes e Comunicações COOPERAÇÃO RPM-MALAWI

Para conversações com as autoridades moçambicanas, chegou na tarde do passado dia 15 a Maputo, o Ministro dos Transportes e Comunicações do Malawi, E. C. Bwanali. De acordo com uma fonte do Ministério dos Portos, Caminhos de Ferro e Marinha Mercante, as conversações previam a análise da situação dos transportes e tráfego do Malawi, através dos portos da Beira e Nacala, bem como a exploração do Lago Niassa, na área da navegação.

A delegação malawiana veio

ao nosso País em resposta ao convite formulado pelo Ministro dos Portos, Caminhos de Ferro e Marinha Mercante, Alcântara Santos. Em Moçambique, a delegação do Malawi, para além de visitar os portos da Beira e Nacala, com o intuito de se inteirar do trabalho que está a ser feito nos projectos de reabilitação da linha de Nacala e terminal de contentores, manteve conversações com uma delegação governamental do nosso País dirigida pelo Ministro Alcântara Santos.

ÁFRICA DO SUL APOIA VÍTIMAS DAS CHEIAS

Seis toneladas de medicamentos constituem a oferta do Governo sul-africano, chegada no passado dia 15 à capital moçambicana, num avião cargueiro daquele país para apoio às vítimas das cheias provocadas pela depressão «Domoina».

No momento da chegada do avião, estiveram no Aeroporto Internacional de Maputo, Amós

Mahanjane, Director do Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais e o Presidente da Cruz Vermelha de Moçambique, Isaías Funzamo. Na ocasião, Amós Mahanjane garantiu que tais medicamentos seriam distribuídos em breve pelos Postos de Saúde dos distritos que foram afectados pelas cheias.

DELEGAÇÃO DA FDM EM MOÇAMBIQUE

Com o objectivo de efectuar um trabalho de investigação no nosso País, chegou na passada segunda-feira a Maputo, uma delegação da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDM), encabeçada pela respectiva Secretária-Geral, Mirjam Tuominen. A comitiva integrava ainda cinco membros da mesma organização, tendo já realizado uma digressão pela República Popular de Angola, com fins idênticos aos previstos na RPM.

De acordo com o programa fornecido pelo Secretariado

Nacional da OMM, durante a sua estada em Moçambique, a delegação previa visitar o Centro de Pambara, no distrito de Vilanculo, em Inhambane, onde se encontram vítimas dos bandidos armados e da seca. Previam-se também encontros com mulheres do ANC e com responsáveis de base da OMM. O mesmo programa incluía visitas aos locais que foram atingidos pelos ataques do exército sul-africano, na Matola. Segundo o mesmo programa, a delegação deveria partir a 23, rumo a Lusaka, Zâmbia.

Recursos Minerais MOÇAMBIQUE E TANZANIA PERSPECTIVAM COOPERAÇÃO

Conversações relacionadas com a cooperação bilateral nos sectores geológico e mineiro, foram mantidas por delegações ministeriais de Moçambique e Tanzania, no passado dia 14 de Março, na capital moçambicana. O Ministro dos Recursos Minerais, José Carlos Lobo, chefiava a delegação moçambicana, e, pela parte tanzaniana, Paul Bomani, Ministro dos Minerais

encabeçava a delegação do seu país.

O Ministro moçambicano recordou, na abertura do encontro, que tanto Moçambique como a Tanzania possuem imensos recursos minerais, resultando daí a necessidade de desenvolver acções de prospecção, pesquisa, exploração, tratamento e comercialização desses importantes recursos.

APOIO AO ACORDO DE NKOMATI

Para além de mensagens de Chefes de Estado e de Governo, a que noutra local fazemos referência, começam também a ser conhecidas tomadas de posição individuais em apoio à assinatura do Acordo de Nkomati, de cidadãos nacionais ou estrangeiros.

É o caso concreto do dr. Umberto Casadei que, em carta dirigida ao nosso director afirma que o Acordo «constitui a superação de tantos

preconceitos» e que quem «teve a imensa força moral e intelectual de cumprir este milagre atinge a grandeza dos heróis míticos» e merecia mesmo o Nobel da Paz.

Junto à carta, foi-nos também enviado um cheque de vinte mil meticais, como «contribuição concreta e real dos meus sentimentos», que encaminhamos para o Ministério da Informação a fim de lhe dar o destino adequado.

Itália-Moçambique

Contrato de três milhões de dólares para recuperação de empresas agrícolas

Um contrato de assistência técnica estimado em 3 milhões de dólares foi recentemente firmado entre a empresa italiana Bonifica e a Secretaria de Estado para a Hidráulica Agrícola (SEHA), com vista à concretização de um programa de recuperação de unidades agrícolas de Maputo.

O objectivo deste programa é de apoiar a reabilitação de machambas da Cidade de Maputo que têm falta de equipamentos hidráulicos, maquinarias agrícolas, sementes, entre outros meios — assinalou Marcello Vichi, conselheiro da representação da referida empresa na capital da RPM, num contacto com a informação moçambicana.

Finocchi Alfredo, representante da empresa, revelou, por sua vez, que a parte moçambicana foi já solicitada para fazer o levantamento das suas necessidades, no quadro da implementação do acordo.

Um grupo de peritos italianos vai estudar a assistência a ser

prestada na mecânica agrícola. Nas palavras de Marcello Vichi, o programa tem carácter de reabilitação de emergência, visando o abastecimento da Cidade de Maputo.

As unidades de Marracuene, Catuane, Salamanga e Changalane, são definidas como prioritárias no programa que terá três fases e cujo prazo se prevê ser de 12 meses, no seu total.

«Trata-se de uma concessão não reembolsável», disse o Primeiro Secretário da Embaixada da Itália na RPM, Paolo Casardi. «As duas calamidades naturais, a da seca e a das cheias, sensibilizaram bastante a opinião pública italiana, que se mobilizou e deci-

diu dar a sua ajuda a Moçambique. A acção do governo, neste contexto, é executiva. É pois preciso frisar que esta solidariedade é um gesto de todo o Povo italiano».

A SEHA prevê, por sua vez, o aproveitamento da presença de especialistas daquele país durante a realização do referido programa, para a transmissão de mais conhecimentos científicos aos trabalhadores moçambicanos. Para o efeito, estuda-se a possibilidade de as equipas italianas também apoiarem a formação no trabalho dos trabalhadores moçambicanos.

X.T.

Encarregados de educação visitam escolas em Cuba

Um total de 11 pais provenientes das 11 províncias do País, partiu no passado dia 14 para a República de Cuba. A visita insere-se no quadro de um convite do Ministério da Educação aos pais cujos filhos se encontram a estudar naquele país das Caraíbas.

A visita destes pais vai permitir acompanhar de perto o processo das actividades aí desenvolvidas e vai possibilitar uma troca de experiências com todos os jovens que se encontram naquele País.

A visita surgiu de uma iniciativa dos estudantes moçambicanos em Cuba, aquando da viagem do Ministro da Educação, Graça Machel, à Ilha da Juventude, em Novembro do ano passado.

É de salientar que esta visita realiza-se pela primeira vez e terá a duração de 15 dias. No decurso dela, os pais terão a oportunidade de trocarem experiências com os estudantes moçambicanos na Ilha da Juventude e trabalhadores em geral.

A selecção surgiu em reuniões entre o Partido e os encarregados de educação cujos filhos se encontram a frequentar escolas moçambicanas em Cuba, promovidas

nas diversas províncias. Deste modo, estes vão representar todos os pais, sendo que as despesas estarão a cargo do Ministério da Educação. Na conversa que travámos com alguns dos pais, António Luís, da província de Nampula, afirmou que «tenho dois filhos a estudar em Cuba: Rosália Antório que foi em 1979 e Jorge Antório que seguiu no ano de 1982. Em relação à viagem, sinto-me muito satisfeito já que este acontecimento surge pela primeira vez. Por isso, quando lá chegar, vou conversar com todos os alunos e transmitir os cumprimentos de todos os pais de Nampula assim como da RPM».



O grupo de pais, antes da sua partida, em troca de impressões com a reportagem da «Tempo»

Enquanto isso, ao lado, uma das mães seleccionadas exprimia-se num sorriso solidário, visivelmente satisfeita.

Solicitada a depor, afirmaria que «sou da província de Tete, chamo-me Faridu Esmael Omar. Não tenho palavras para agradecer esta iniciativa do nosso Partido e Governo. Sinto-me orgulhosa por fazer esta viagem, cujo significado é bastante histórico».

Cacilda Joana, uma senhora de 42 anos, natural da província de Manica, explicou-nos, na ocasião, que o seu filho partiu logo com o primeiro contingente, em 1977, e que agora está a tirar o curso de indústria açucareira. Mais adiante, colocou o problema dos correios, salientando que as cartas demoram muito tempo no caminho, o que impede uma correspondência constante. Mesmo assim, «vou acompanhar de perto» acrescentou, com um sorriso. Mais adiante, Cacilda Joana completou os seus sentimentos acerca da viagem, finalizando por dizer: «Tive a oportunidade de ser seleccionada na reunião que a Direcção Provincial de Educação e Cultura realizou com os encarregados de educação cujos filhos se encontram a estudar na Ilha da Juventude».

Por sua vez a chefe do Sector de Bolsa, Alice Bonnet, informou que esta visita foi organizada pelo Ministério da Educação e a sua duração será de 15 dias». Alice Bonnet afirmou ainda que antes da partida dos pais, houve encontros para explicar os objectivos da viagem e a forma como vão prosseguir quando lá chegarem. Mais adiante acrescentou que em 1982 um grupo de professores cubanos que leccionavam nas escolas moçambicanas em Cuba visitou o nosso País, para de perto acompanhar o processo de desenvolvimento da educação.

C.S.

Maputo

Contentores irão melhorar recolha do lixo

«A falta de frota suficiente para cobrir todas as zonas da capital, no respeitante à recolha do lixo, tem sido, nestes últimos dias, a preocupação central dos Serviços de Salubridade do Conselho Executivo da Cidade de Maputo», afirmou Joaquim de Sousa, responsável dos Serviços de Salubridade, em contacto com a nossa Reportagem.

Esta situação de acumulação de lixo nas artérias da capital, não só preocupa os moradores, que directamente lhe sentem os efeitos, mas também as estruturas que a este ramo estão ligadas. Mesmo assim, a compreensão e o esforço geral têm conhecido um total abandono. Daí, urge a necessidade de se estudar mecanismos mais plausíveis para colmatar esta problemática, que tende a transformar-se em ameaça maior.

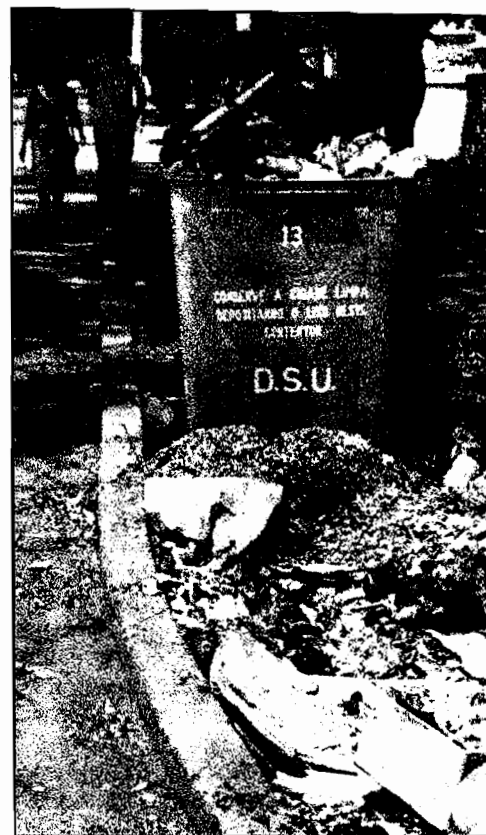
Este caso, como não deixaria de ser, constitui muitas vezes tema de análise de muitos. Pelo que a sua solução é imperiosa. Por isso, como afirmaria o responsável dos Serviços de Salubridade, já se está a adiantar com certas realizações, como seja a instalação de contentores, em diversas zonas da capital.

Joaquim de Sousa disse a dado passo que tudo dependerá da própria população na utilização devida dos contentores. Mesmo as-

sim, apelou para um trabalho de sensibilização dos moradores nos bairros para incentivar à construção de aterros sanitários, como forma de diminuir as quantidades imensas de detritos que estão espalhadas nas avenidas.

Ao finalizar, o responsável dos Serviços de Salubridade, fez uma breve referência ao esforço despendido pelos trabalhadores daqueles serviços, mesmo com a carência de viaturas de recolha de lixo nos diferentes cantos da cidade de Maputo, como são os casos de várias campanhas que nos fins-de-semana se têm organizado, muitas das vezes com o auxílio de viaturas de outras empresas. Assim, no seu parecer, a instalação de contentores virá reforçar este esforço dos trabalhadores, se as populações corresponderem de modo positivo a esta iniciativa virada à minimização dos efeitos da acumulação do lixo nas avenidas.

A. T.



A instalação de contentores poderá vir a minimizar a situação de acumulação de lixo nas artérias da capital, desde que estes sejam esvaziados regularmente

Nampula

1983 ano de aprendizagem

«O ano de 1983 foi um ano de aprendizagem de como se solucionam os problemas concretos do Povo» — considerou o membro do Comité Central do Partido Frelimo e Governador da Província de Nampula, Feliciano Gundana, no encerramento da reunião ordinária do Governo Provincial, realizada recentemente em Nampula.

Ao efectuar o balanço das actividades desenvolvidas ao longo do ano de 1983, na Província de Nampula, o membro do Comité Central do Partido Frelimo e Governador de Nampula, Feliciano Gundana, quando há dias, proce-

dia ao encerramento da reunião ordinária do Governo Provincial, disse que os membros do Governo Provincial aprenderam que é possível solucionar os problemas concretos do Povo, quando valorizadas as potencialidades de cada trabalhador, quando enfrentadas as dificuldades com coragem e determinação e quando se sabe aproveitar com entusiasmo, o saber, a criatividade, a generosidade, o sacrifício e a abnegação dos quadros, trabalhadores e população em geral.

O encontro do Governo Provincial, que teve a duração de quatro dias, concluiu que apesar das dificuldades de vária ordem atravessadas durante 1983, as direcções, de uma forma geral, cum-

priram com sucesso os seus programas de actividade. Assim, para que o ano de 1984, seja de êxito é necessário que a partir deste momento se inicie o estudo de pequenos projectos de carácter reprodutivo, para a sua implementação em 1985, frisou o Governador de Nampula.

O Governador Feliciano Gundana afirmou no seu discurso, ser imperioso que os pequenos e grandes projectos comecem a ser implementados e que o ritmo de produção e de produtividade em todos os sectores da província tenham dinamismo que lhes permita alcançar e ultrapassar as metas. Feliciano Gundana, fez notar ainda que se torna importante que os mecanismos que premeiam o

bom trabalho e penalizam o mau, sejam cada vez mais actantes, de modo a cumprir-se com sucesso esta decisão do IV Congresso e a fazer-se efectivamente de «1984, ano de arrancada da nossa economia, ano de eliminação do banditismo armado e não armado». Para tal, a formação político-militar dos quadros e trabalhadores em geral de cada sector ou empresa, torna-se imprescindível.

Num gesto de solidariedade para com as vítimas da seca e das cheias que assolaram o sul do País, os participantes à reunião ordinária do Governo Provincial, contribuíram com uma importância de três mil meticais.

A. T.

comentário

Velha mentalidade alimenta o lobolo

Por vezes dói-me a cabeça quando me concentro a analisar o fenómeno do lobolo, que é o reflexo da mentalidade anacrónica. Analiso as consequências que origina dentro do lar, a solução não aparece.

Recordo-me ainda dos tempos passados em que a mulher era alvo duma dupla exploração, em casa com o marido e mesmo com o próprio aparelho colonial. Tudo era um pleno desprezo no que diz respeito ao seu papel na sociedade. Era no prazer sexual que os seus méritos eram reconhecidos e em outros valores inferiores que caracterizavam

aquele ambiente retrógrado.

Por outro lado, os ritos de iniciação e os casamentos prematuros traumatizam a mulher. Nisto acrescenta-se a mentalidade de certos pais em exigir valores materiais extremamente elevados aos homens que desejam casar com as suas filhas. Ora são centenas de contos, cabeças de gado, fato para o pai, mucumi para a mãe, bengala, litros de vinho, isto tudo para o noivo comprar. O mais curioso é que estes bens todos beneficiam somente os pais da mulher. E por que não os pais do rapaz?

Será que estes não merecem o reconhecimento!?

Estas anomalias não criam a felicidade dentro do lar. Aumentam os riscos de fazer o desgosto no seio dos casados resultando assim o abandono das crianças menores.

Claro, quando se trata de casos matrimoniais, a piedade é um facto abstracto para certos pais, quando indagados dos porquês! Na resposta são sempre enaltecidos os tempos mais antigos o que se chama «usos tradicionais», na sua feição negativa.

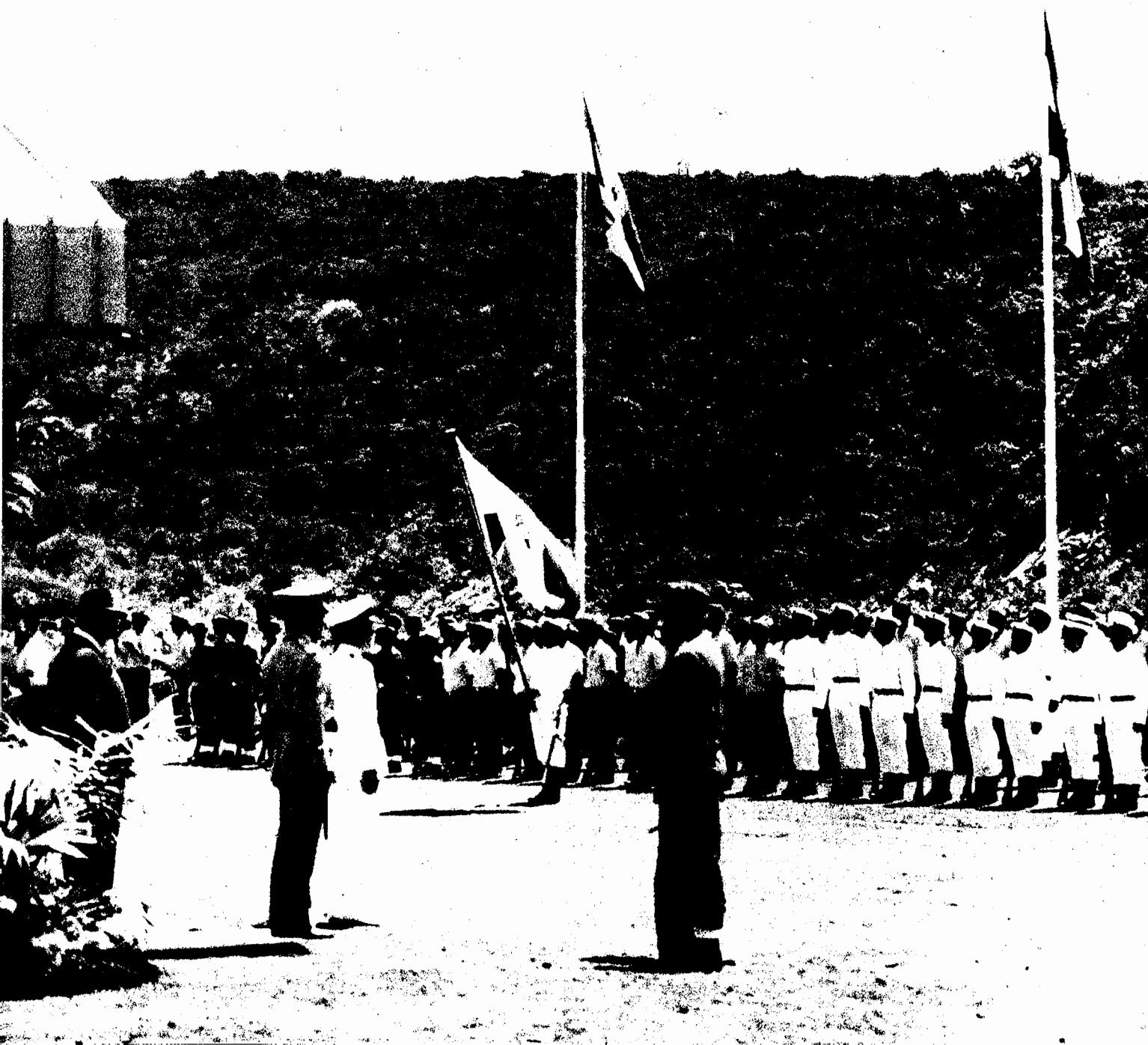
Casimiro Sengo

NKOMATI



A paz que construimos

Fotos de Kok Nam, Naíta Ussene, Ricardo Rangel e Daniel Maquínasse



Lição sobre coexistência



O primeiro encontro, o momento que perspectivou o futuro das relações de boa vizinhança e não-agressão

Iniciou-se uma nova era nas relações de vizinhança entre Moçambique e a África do Sul, com a assinatura do Acordo de Nkomati pelo Presidente Samora Machel de Moçambique e pelo Primeiro-Ministro sul-africano, Pieter Botha. Para trás ficam vinte anos de agressões que trouxeram à África Austral o espectro de uma guerra generalizada.

Texto de Alves Gomes



Brinde ao futuro de paz entre os dois Estados

Com as águas do rio Nkomati correndo para Este e tendo por fundo a encosta rochosa de uma pequena elevação, o Presidente Samora Machel e o Primeiro-Ministro Botha assinaram o Acordo de Nkomati. Presentes, representantes de praticamente toda a Comunidade Internacional e figuras de destaque convidadas por ambos os governos.

Na África do Sul, o país ficou praticamente paralisado entre as dez e as doze e trinta do dia 16. Uma sensação de alívio e o sentimento de que o isolamento pode agora ser enfrentado de uma outra forma, percorria as mentes de alguns milhões de pessoas, para quem a guerra trazia o espectro de um futuro carregado de dúvidas.

Com olhar carregado e em silêncio, cerca de dois mil habitantes de Ressano Garcia, ouviam atentamente através dos altifalantes as mensagens, cujo conteúdo afirmava a intenção de se pôr termo às hostilidades entre Moçambique e a África do Sul. A coexistência, a não-ingerência, o respeito pelo espaço soberano de cada um dos Estados era reafirmada pelas imagens que as diferentes equipas de televisão captavam.

Numa tenda de campanha, de-



Nkomati põe fim a vinte anos de hostilidades entre o regime sul-africano e o povo moçambicano

zenas de jornalistas procuravam antecipar-se ao minuto de atraso dos seus colegas, enviando telexes e falando por telefone para as suas redacções espalhadas por todo o mundo. Fotógrafos, revelavam à pressa a imagem do primeiro aperto de mão e faziam bicha em volta das máquinas que levaram ao mundo a confirmação de que a Paz se tornava possível

entre Moçambique e a África do Sul.

Nas bancadas que faziam face ao Nkomati, bem no meio da fronteira entre que divide os dois estados, diplomatas procuravam identificar as presenças na tribuna de honra e captar o ambiente do acontecimento. Homens de negócio comentavam entre si as hipóteses que a estabilidade da África Austral coloca às dificuldades económicas levantadas pela guerra e pelas calamidades.

Depois veio o momento de reflexão, a meio da confraternização. A interpretação de cada uma das mensagens lidas pelo Chefe do Estado e pelo Chefe de Governo. Quebrava-se a imagem de um Acordo assinado por uma situação unilateral e um jornalista da revista americana «Times» sublinhava a personalidade impressa no discurso do Presidente Samora Machel.

A afirmação de Pieter Botha de que ao assinar-se o Acordo de Nkomati se optava pela via da Paz, que não deve «ser perturbada por diferenças das políticas internas» de ambos os países, complementava-se à feita pela República Popular de Moçambique de «cumprir a sua palavra» segundo o espírito e a letra do Acordo.



Crianças em Ressano Garcia recreiam-se nas margens do Nkomati depois da assinatura do Acordo. As suas águas não devem testemunhar a violência

Era o início de uma nova fase, até aqui marcada por incertezas e dúvidas sobre o andamento das conversações, as suas hipóteses de sucesso e fracasso, os efeitos que teriam os factores internos e externos à África Austral. Novas perguntas começavam a colocar-se sobre a implementação de Nkomati, a forma como a Comissão mista permanente irá zelar pela aplicação dos diferentes artigos e alíneas impressas no texto do Acordo.

Quebrava-se o mito Samora Machel. Passou-se a analisar como o líder conseguiu ganhar a iniciativa e levar a que cada passo dado se transformasse num

compromisso perante o Mundo. A sua personalidade marcada pela enorme independência, disciplina e seriedade sobrepunha-se aos preconceitos.

A mentalidade do estrategista revelara-se num discurso onde os princípios definidos antes da Independência se mantinham. O antagonismo das concepções políticas, económicas e sociais, o princípio da luta contra a dependência económica puderam ser separados da necessidade em não se querer ser «o detonador de uma confrontação à escala mundial».

O anti-racismo levado a Nkomati pelos inúmeros moçambicanos que tiveram o privilégio de



A África do Sul e Moçambique comprometeram-se em aplicar o Acordo sem «permitir que ele seja perturbado por diferenças das políticas internas»



Diplomatas e jornalistas representando o mundo inteiro presenciaram o início de uma nova fase histórica para a África Austral





Presidente Samora Machel e o Prfmeiro-Ministro Botha momentos depois da assinatura do Acordo _



naquele dia representarem o seu Estado, gerava perguntas nunca antes colocadas em mentes produzidas por gerações que se recusaram a ler a realidade africana.

Agora o funcionário, o militar e o jornalista que nunca tinham visto o diplomata soviético, ou nigeriano, questionavam-se sobre as razões que no futuro terão de provocar a mudança. O preto, indiano, o chinês e o branco moçambicano deixaram essa mensagem no soldado que serviu de farda branca a refeição, ou no político e homem de negócio que pela primeira vez viu que a coexistência entre Estados deveria ter partido da coexistência entre os homens.

Ficou essa mensagem ainda no funcionário que conscienté do poderio económico e da importância estratégica que tem para o

mundo o seu país, quando afirmou que pela primeira vez assistia a um acontecimento em que estavam presentes representantes de todos os cantos do planeta. Ficava despida a ideia de que Nkomati podia ser o último passo em direcção ao mundo, mas que era apenas uma porta que encerrava o capítulo externo da confrontação e abria novos horizontes às suas soluções internas.

Nkomati, onde por proposta do Primeiro-Ministro Botha se construirá um monumento que deixe para a História dos povos a nova etapa nas relações de boa vizinhança e não-agressão, foi uma lição. Ali definiu-se o estatuto de independência e soberania, ali confirmou-se a política socialista de Paz, ali garantiu-se que a luta dos povos pela igualdade é uma imposição para o futuro da estabilidade da África Austral. □

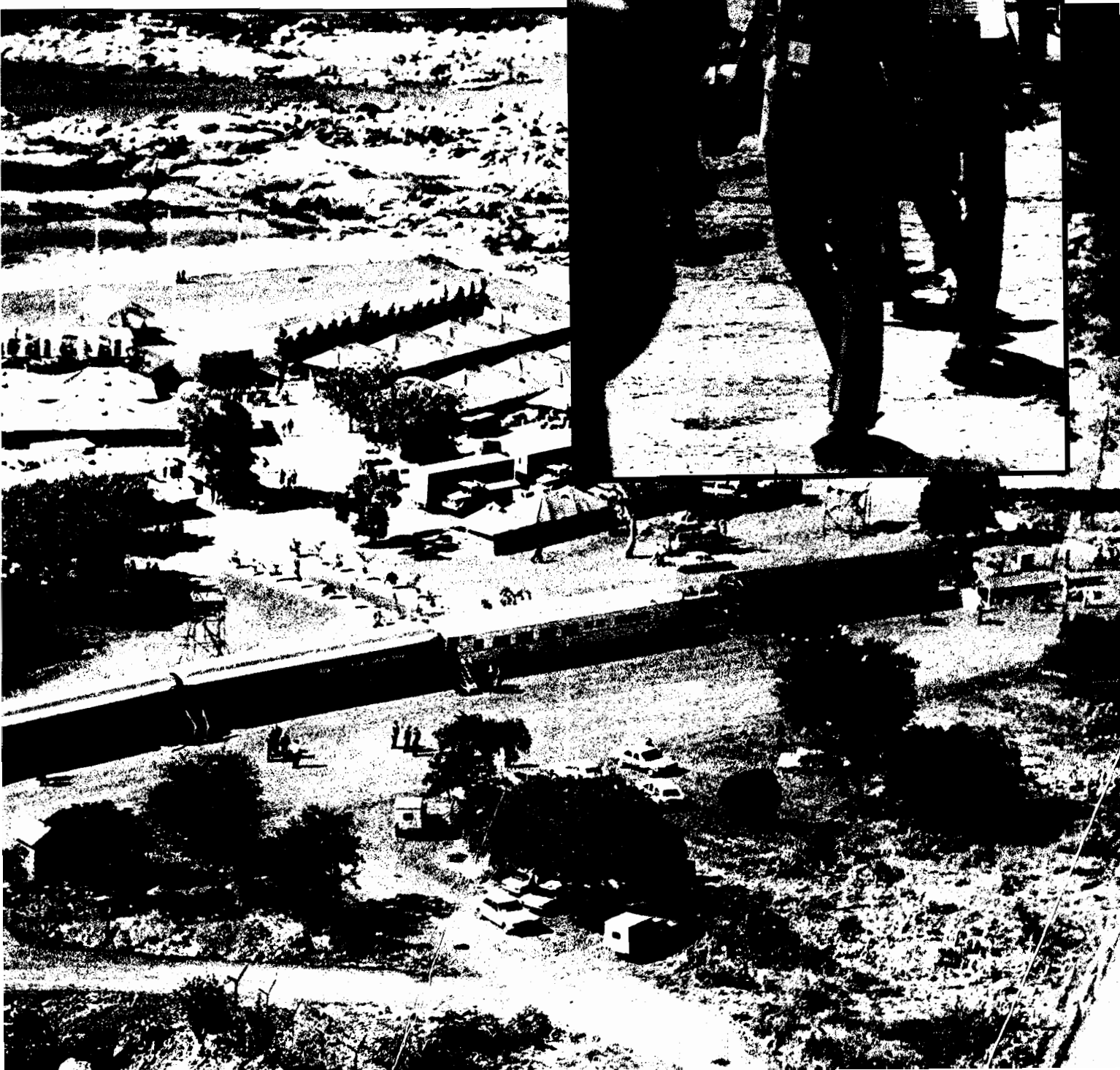
O caminho para Nkomati

Texto de Luís David



O caminho para se chegar a Nkomati, no sentido político e histórico que a palavra já ganhou, foi aberto ao longo de quase dez anos através de contactos e conversações entre dirigentes e delegações dos dois estados. O caminho para se assistir a esse momento histórico que permitiu tornar conhecido o nome de Nkomati como símbolo de Paz, de Não-Agressão e de Boa Vizinhança, esse foi mais curto e breve.

Durou, para alguns o tempo que mediou entre as últimas conversações travadas entre delegações dos dois países na cidade sul-africana do Cabo e o dia 16 de Março. Para outros, as escassas horas que um comboio leva para vencer a distância que separa Maputo da vila fronteiriça moçambicana de Ressano Garcia.





Em Ressano Garcia, os convidados moçambicanos...

Chegar à estação ferroviária de Ressano Garcia nesta manhã de sexta-feira, 16 de Março é, naturalmente, diferente do que chegar em qualquer outra sexta-feira, em qualquer outro dia da semana. E, isto é notório logo à primeira vista, logo que o primeiro comboio a chegar se imobiliza e começa a deixar sair do seu ventre de aço e alumínio jornalistas nacionais e estrangeiros, grupos corais, convidados. Os dísticos, as bandeiras, o embelezamento da vila, o cantar das suas gentes, o rigor no vestir dos funcionários ferroviários, fazem-nos dizer que Ressano Garcia prima em receber, que veste as suas melhores



...são recebidos com flores e canções



Na tribuna de honra, convidados de ambos os países. A esquerda de Graça Machel pode-se ver o Príncipe Dlamini, da Suazilândia. Ainda na primeira fila, o Ministro de Estado português, dr. Almeida Santos, e Marcelino dos Santos

galas para se tornar na antecâmara condigna da cerimónia que vai ter lugar ali a escassas dezenas de metros, na terra de ninguém, na terra que recebe esta definição precisamente por não pertencer a Moçambique nem à África do Sul.

Para trás, ficaram pouco mais de uma centena de quilómetros, percorridos em cerca de duas horas através de uma linha semeada de estações e apeadeiros onde a população se concentra para saudar a passagem do comboio, para saudar quem vai a Nkomati. Aqui e além, são também os milícias em rígida posição de sentido, fardados a rigor, com sua arma a tiracolo, fazendo conti-



Convidamos
sul-africanos:
assumir
que a roda
da História
não pode
ser travada



Ainda a alegria
da chegada.
Que se irá
transformar
em
confraternização

nência. O resto é a paisagem vestida de verde do milho que cresce na terra negra e rica, os arbustos e árvores de pequeno porte, o solo vermelho e argiloso que fez surgir fábricas de tijolo. Ocasionalmente, algumas cabeças de gado bovino e caprino, vigiadas de perto por jovens pastores, cujos pais se vêem além, na pequena machamba familiar.

A nossa frente, está ainda o mundo por descobrir de Nkomati que por quase deserto naquela hora da manhã e assim visto à distância nos transmite a rara sensação da frieza do aço em que assenta a carruagem onde, dentro de poucas horas, se irão encontrar Samora Machel e Pieter Botha. Uma sensação assaz difícil de descrever, em que o pensamento foge e acompanha o olhar na con-

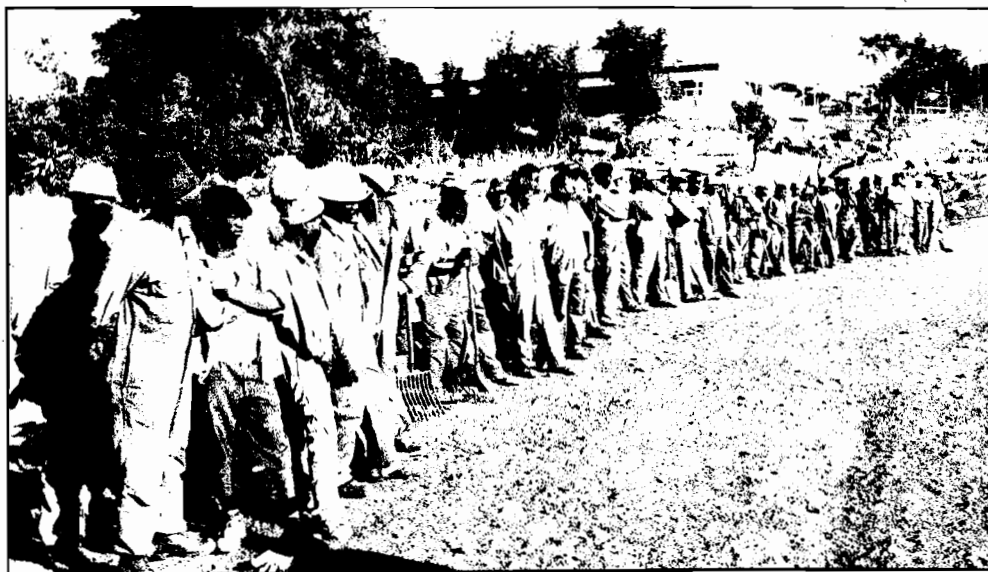
templação da paisagem dominada por uma elevação dos Montes Libombos que lá do alto vigia o leito do rio, mas sem deixar de alimentar um sentimento de dúvida criada pela imagem de uma sociedade em que o ser humano convive na violência por não aceitar ser igual.

PARTICIPAR NA HISTÓRIA

Vencida a distância que nos separa do extremo da estação ferroviária, onde se situa a Alfândega, neste dia de portas encerradas, entramos já naquela nesga de terra que moçambicanos e sul-africanos trabalhando lado a lado, transformaram por completo em poucos dias para lhe emprestarem a dignidade exigida para ser cenário de um acontecimento que hoje já faz parte da História.

Por entre tendas e atrelados, que garantem condições para receber os cerca de 700 convidados e 300 jornalistas, há uma rua principal que conduz ao estrado coberto onde será assinado o Acordo, partindo lá de cima, de junto à linha férrea.

Vindos de um e outro lado da fronteira, estão ainda apenas no local jornalistas, elementos da segurança e do exército, pessoal dos serviços de apoio, talvez também cada um carregando as suas dúvidas mal escondidas no formalismo de breves contactos pes-



Trabalhadores: obreiros do cenário de Nkomati....



...onde se enterraram
dúvidas através
do contacto
entre homens
e mulheres
dos dois países



soais, mais profissionais do que humanos, mais ciciados do que falados, assim numa economia de palavras e de gestos que tornam quase impossível a alguém penetrar no pensamento de alguém.

Mas o tempo avança e com ele um sol impiedoso faz lembrar que é o astro-rei. Exactamente às 10.00 horas, Samora Machel entregando uma impecável farda de gala em que as listas vermelhas das calças e do cinto se realçam do creme claro, encontra-se com Pieter Botha no exterior da caruagem onde vão ter lugar as conversações. Um encontro regis-

tado por dezenas de máquinas fotográficas e de filmar, um cumprimento que vale o dissipar de muitas dúvidas e começa a colocar outras tantas interrogações.

MOMENTOS DE EMOÇÃO

Quando alguns minutos depois do tempo previsto para a duração das conversações, os dois Chefes de Governo, acompanhados pelas respectivas delegações, se dirigem para o estrado coberto onde vai ser assinado o Acordo de Nkomati, o local já apresenta a moldura humana que lhe determina um significado difícil de igualar com as guardas de honra dos dois países e as respectivas bandas formadas frente às bancadas ocupadas pelos convidados moçambicanos e sul-africanos. E é também o primeiro momento de grande emoção quando são tocados pela primeira vez, e perante uma assistência tão distinta e tão heterogénea, os hinos de cada um dos países e hasteadas as respectivas bandeiras nacionais.



No final das conversações, o Presidente Samora Machel dirige-se para o estrado coberto onde foi assinado o Acordo



No limite do território moçambicano, uma afirmação que encontra eco nas manifestações populares

Uma emoção que se repete, talvez até uma lágrima que se reprime, ou um olhar que se deixa viajar até ao infinito quando o Presidente moçambicano inicia a revista à guarda de honra da África do Sul, ou quando a banda da Força Aérea daquele país, minutos mais tarde, toca o Hino Nacional moçambicano, se não ainda quando crianças dos dois países oferecem flores a Samora e Botha.

ALGUMA COISA ESTÁ A ACONTECER

É perante todo este quadro humano, a que o rigor do protocolo não consegue tirar força nem



Presidente Samora Machel, mãos dadas com o príncipe Dlamini. «Viva a Paz e a Boa Vizinhança»

significado, que se colocam já tantas interrogações para saber o que é que está a acontecer. De certo, ninguém espera encontrar uma resposta breve e simples, ninguém espera encontrar a fórmula da verdade única. Mas pode-se começar a ligar o pormenor do soldado que com inegável delicadeza fez por bem servir todos os convidados, do convidado que se propôs trocar o seu crachá de identificação com o jornalista, o da flor oferecida pela esposa de

Botha a Graça Machel, para tentar a resposta possível. E aceitar que os soldados que souberam confraternizar com os do país vizinho, que os homens que interpretaram o Hino e prestaram honras militares aos símbolos da Nação moçambicana, que as crianças que distribuíram flores e brincaram juntas, já pertencem a uma geração em que se torna cada vez mais difícil encontrar quem esteja disposto a morrer pelo apartheid. □



A expectativa que antecede o primeiro encontro entre os dois Chefes de Governo

Histórias que fazem parte da história



Enquanto se trabalha na concretização do projecto das instalações ...

A assinatura do Acordo de Nkomati, se não nos quisermos restringir apenas ao tempo e ao rigor protocolar do programa oficial, está, naturalmente, recheada de pequenos episódios, de histórias que fazem parte da história do Acordo.

A maioria desses episódios e dessas histórias terão o passado despercebidas, ficarão conhecidas apenas pelos seus protagonistas. Outras há que foram presenciadas por um número restrito de pessoas e passaram de boca em boca. De entre estas últimas, importa narrar duas — uma que me

... tem lugar o
primeiro
ensaio-geral
da cerimónia





Como sucedeu em Tete, após a assinatura dos Acordos de Lusaka ...

foi contada, outra de que fui testemunha ocular.

I

Na véspera do dia da assinatura do Acordo de Nkomati, enquanto moçambicanos e sul-africanos trabalhavam ainda na concretização do projecto das instalações, tem lugar o primeiro ensaio geral da cerimónia. Frente às bancadas vazias, ali mesmo à beira do rio que agora corre sem pressa, estão formadas as guardas de honra. À direita, a da África do Sul; à



... a conquista da paz é saudada com alegria



esquerda, a de Moçambique, separadas por escassos metros.

Terminado o ensaio, e talvez sem que alguém o esperasse, os soldados das Forças Armadas dos dois países parecem atraídos uns pelos outros. E quando se enfrentam, agora é para se cumprimentarem, para se verem e deixarem ver de perto, para se tocarem nas

fardas. Depois foram as armas sul-africanas em mãos de moçambicanos, e as armas moçambicanas em mãos de sul-africanos.

Há quase dez anos, logo após a assinatura dos Acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o Governo português, a 7 de Setembro de 1974, a cidade de Tete era palco de uma cena de significado semelhante. Ali chegados os primeiros guerrilheiros, o seu encontro com soldados do exército colonial português, inimigos da véspera, era um encontro de combatentes que, como agora, para além dos motivos ou das divergências políticas e ideológicas que os levara a pegar em armas, queriam encontrar a paz. E conquistada esta, saudavam-na com alegria e no respeito pelos mais profundos valo-

res que devem regular as relações entre os homens.

II

Passa muito das 13 horas mas o mercúrio do termómetro pouco deve ter baixado ainda dos quase 40 graus para que subiu apressadamente neste dia claro, de sol descoberto e luz radiosa.



Decorre ainda o almoço, servido por soldados do exército sul-africano

Os convidados à cerimónia começam a abandonar as amplas tendas de campanha onde foi servido o almoço. Conversam em pequenos grupos, alguns confiam as suas opiniões a jornalistas que, numa luta contra o tempo, se dividem ainda por máquinas de telex e telefones, enviando a notícia do acontecimento. Dali seguiram também as primeiras telefotos que, poucas horas depois, haviam de ocupar largos espaços nas primeiras páginas de jornais de todo o mundo.

Indiferentes ao bulício e à azáfama que ainda vai nesta pequena cidade de lona e atrelados, montada para receber e albergar durante algumas horas os cerca de 700 convidados e 300 jornalistas, crianças moçambicanas e sul-africanas brincam agora quase no mesmo local onde, horas antes,



.... enquanto crianças dos dois países brincam no local onde horas antes haviam ido entregar flores ao Presidente Samora Machel e ao Primeiro-Ministro P. W. Botha

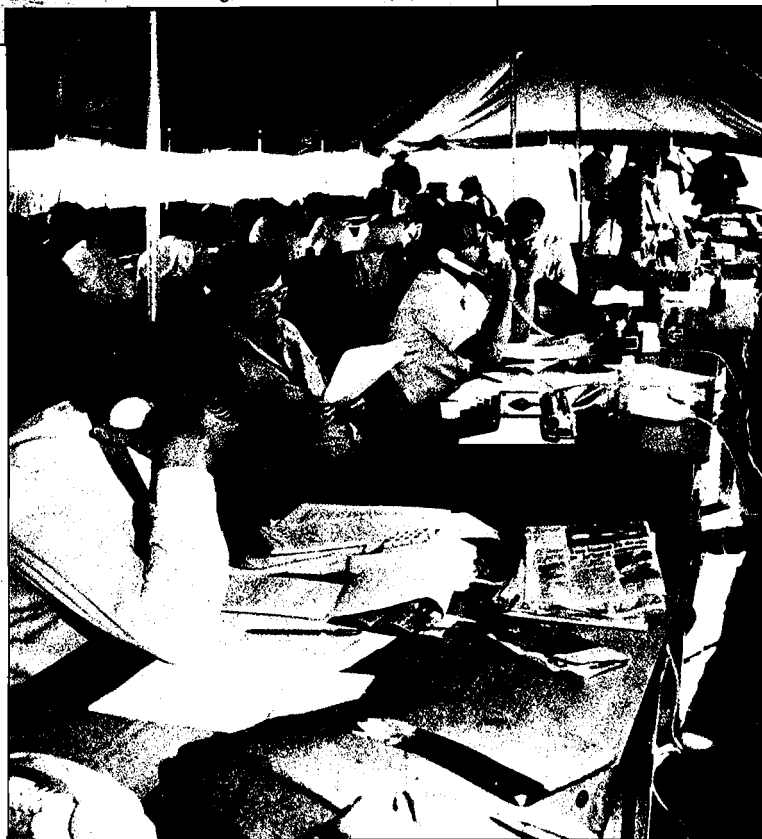


havam ido entregar flores ao Presidente Samora Machel e ao Primeiro-Ministro P. W. Botha, e às respectivas esposas.

Brincar, talvez não seja a palavra mais correcta para definir completamente o que se passa naquela nesga de sombra entre o estrado coberto onde foi assinado o Acordo e a tribuna principal, ligados por uma passadeira vermelha que simboliza o centro da terra de ninguém. É que se o movimento é de brincadeira, o gesto de satisfação e a expressão de alegria, o quadro humano que ali se pode observar apela para outra definição. Talvez confraternizar seja mais exacto e, assim sendo, é preciso dizer que uma confraternização marcada com a assinatura de cada uma feita em brochuras com os discursos oficiais que tinham sido distribuídas a todos os convidados e que trocavam entre si, talvez repetindo um gesto que tinham visto fazer aos mais velhos.

Mas, não se pense que as crianças dos dois países estavam sós nesta troca de discursos autografados, qual recordação de um acontecimento em que só se participa uma vez na vida, também lembrança para não deixar esquecer que a paz é sempre possível. Não. Partilhando da sua confraternização, para que não ficassem dúvidas de que aquele era um dia feliz para os seus filhos, estavam

A hora em que as crianças moçambicanas e sul-africanas confraternizavam, longe das objectivas dos fotógrafos, imagens e textos sobre a assinatura do Acordo de Nkomati chegavam aos jornais de todo o Mundo



duas senhoras sul-africanas, que se fizeram fotografar com as suas pequenas máquinas no meio do grupo de crianças. E, de entre estas, houve duas mais atrevidas ou que por acharem incómoda aquela posição de escrever com o papel nas costas da outra, que se sentaram nas cadeiras que haviam sido utilizadas por Samora Machel e Botha. O que bem poderá

simbolizar que o respeito e a defesa do Acordo de Nkomati será mantido pelas futuras gerações ou, simplesmente que há aberrações históricas como o apartheid definitivamente condenadas ao fracasso por irem frontalmente contra a natureza humana, por mais que se tentem manter as leis que lhes servem de sustentáculo.

Luís David

Acordo de Nkomati

Atitude corajosa e soberana

• Opinião internacional

Numa mensagem enviada ao Presidente Samora Machel, o Secretário-Geral do Partido Comunista Romeno e Presidente daquele país socialista, Nicolae Ceausescu, manifestou apreciar «as negociações que tiveram lugar e o Acordo que está a ser concluído entre Moçambique e a África do Sul». Definindo-o como um «factor positivo» para a consolidação das conquistas revolucionárias, o Presidente Ceausescu revela considerar «muito importante o facto que o acordo prevê que as duas partes engajam-se a não organizar e a não apoiar actos de violência ou de agressão uma contra a outra».

«O que se impõe agora» afirma a mensagem do estadista romeno «é que a África do Sul seja compelida a respeitar este acordo».

«Congratulo-o pela inteligente visão de estadista de que deu provas» manifesta por sua vez o Primeiro-Ministro britânico, Margaret Thatcher. «Este é um passo de grande importância para a segurança não só de Moçambique e África do Sul, como também de toda a região» refere o Primeiro-Ministro da Inglaterra, para a quem o acordo «é um encorajamento para todos aqueles que acreditam na solução pacífica dos problemas baseada no não uso da força e não interferência em assuntos internos de outros países».



Um desejo soberano ...

Em audiências separadas que tiveram lugar em Lisboa, com um enviado especial do Presidente Samora Machel, o General Ramalho Eanes, Chefe do Estado português e o Primeiro-Ministro Mário Soares, manifestaram o seu completo apoio ao Acordo, saudando o Marechal Samora Machel pela sua «atitude corajosa, própria de um grande estadista». Esta saudação pessoal dirigida ao Presidente Samora Machel é igualmente expressa na mensagem de Leabua Jonathan, Primeiro-Minis-

tro do Lesotho, que disponibiliza a sua solidariedade e compreensão pelo «engajamento de Moçambique nas negociações e na conclusão do Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança».

Com ele, «aumenta a esperança de todos os homens que lutam contra a violência e a favor da Paz na África Austral e que defendem uma solução de conflitos por meio das negociações» conforme a mensagem de Helmut Kohl, Chanceler da República Federal Alemã. Afirmando-se esperançado

em que o acordo «seja uma base durável» para as boas relações entre as «nações participantes» o Chanceler alemão federal termina revelando que «encorajado pela assinatura do Acordo de Nkomati, o Governo alemão continuará a apoiar com toda a força os empenhos semelhantes».

Dos primeiros a manifestar a sua posição, os Chefes de Estado e Governo dos países da Linha da Frente exprimiram de modo unânime a sua posição de solidariedade com a política de paz promovida pelo Governo de Moçambique na África Austral.

A «enorme determinação e visão» do Presidente Samora Machel, testemunhada uma vez mais na condução do diálogo que desaguou na assinatura do Acordo, é um aspecto particularmente saudado por Ronald Reagan, Presidente dos EUA. Na sua mensagem, o Chefe do Estado norte-americano formaliza o apoio total ao Acordo, posição que já havia sido manifestada pelo embaixador daquele país, em Maputo, logo após o acto, ao fim da manhã do passado dia 16.

Considerando que «a situação prevalecente na África Austral constitui um perigoso foco de tensão e uma séria ameaça à paz e segurança internacional» os Presidentes Aristides Pereira, de Cabo Verde e «Nino» Vieira, da Guiné-Bissau, manifestam, num comunicado conjunto, o seu «total apoio» ao Acordo, considerando-o «um contributo valioso para a busca de uma solução pacífica para o problema que prevalece» na zona.

«Estamos conscientes» afirma Siaka Stevens, Presidente da Serra Leoa, «que este Acordo vai resultar no estabelecimento da paz e estabilidade que vão permitir o desenvolvimento do país e bem-estar na região». □



... para um acto corajoso de alto significado histórico

Vitória da nossa soberania

•Prof. Aquino de Bragança em entrevista

O Professor Aquino de Bragança jornalista e director do Centro de Estudos Africanos, concedeu a Teresa Lima uma entrevista já divulgada pelo jornal «Domingo» e pela RM em que aborda a importância histórica do Acordo de Nkomati.

Pela sua actualidade, transcrevemos as partes principais da referida entrevista.

P — Quanto a si, o que terá levado os sul-africanos à mesa das negociações?

R — Aparentemente, verifica-se uma revisão das nossas posições, o que não é verdade. Em primeiro lugar, quero dizer que a FRELIMO sempre pretendeu a paz. Fez a guerra, para ter a paz, não somente para o Povo moçambicano, mas também para a África Austral. A FRELIMO encontrou-se confrontada com a África do Sul, numa guerra não declarada, e a preocupação dos nossos dirigentes, sob a direcção do Presidente Samora, era pôr fim a esta guerra, mas não a todo o preço, era preciso garantir a nossa soberania. Creio que é neste momento preciso que as condições se criaram para alcançar este fim, nas premissas da estratégia samoriana. Constatou-se, nas vésperas do Acordo um isolamento mais profundo da República sul-africana, do regime do «apartheid», devido

à pressão dos seus aliados directos, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, que hoje me parecem, ter revisto as alianças que pareciam ser incondicionais com o regime de Pretória. Porque esta revisão por parte dos Estados Unidos, dos aliados da República sul-africana? A resposta para mim é clara. Não há nenhuma dúvida que a resposta está no sucesso da diplomacia samoriana, da diplomacia da República Popular de Moçambique. Como se sabe, o Presidente Samora tem trabalhado incansavelmente nestes últimos anos, para no seu diálogo com os aliados da África do Sul, lhes mostrar que muito ao contrário daquilo que eles pretendem, ao dar um apoio incondicional à África do Sul — contribuiriam para a criação de uma situação muito desfavorável à sua presença nesta região. Explicando melhor: o facto de darem apoio à África do Sul nos seus projectos

desestabilizadores nesta região, não iria garantir o reforço da sua presença na África Austral. Os países ocidentais, principalmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, têm uma grande presença de capital, investimentos de grande importância na África do Sul e pretendem em conformidade com as leis do mercado e as leis do capitalismo aumentar a sua presença nesta região. A instabilidade introduzida não serviria de maneira alguma aos interesses dos Estados Unidos. O próprio facto da existência de uma situação desestabilizadora, levaria os países, como Angola e Moçambique a solicitarem maior apoio aos seus aliados, os países socialistas. Os americanos parece terem compreendido isso. Os primeiros anos da Administração Reagan foram caracterizados por um reforço da aliança com o regime de Pretória. Hoje os colaboradores de Reagan, para a zona da África Austral, nomeadamente Chester Crocker, Frank Wisner e outros chegaram à conclusão de que Moçambique é um país soberano e que muito ao contrário do que pensavam, não é um país satélite e que os centros de decisão política, económica e militar se encontram em Maputo. Viram portanto que todos esses factores eram garantias para a sua presença económica nesta região.

Chegaram também à conclusão que a política sul-africana de desestabilização não servia os seus interesses estratégicos.

O isolamento da África do Sul é o reverso da medalha do brilhante sucesso da diplomacia moçambicana.

Em segundo lugar, quero referir-me à crise económica da República sul-africana, que é uma dupla crise. Uma crise de estrutura e uma crise de conjuntura. A crise de estrutura é uma crise permanente, que não acabará a não ser com a liquidação do regime do «apartheid», que se apoia numa exploração de mão-de-obra baratíssima, pelo capitalismo. Esse tipo de exploração não permite

Namíbia e de apoiar bandos armados em Moçambique. É um preço muito caro, que poderia levar a uma crise muito grave e que poderia meter o próprio sistema em questão. Os custos da guerra hoje são fenomenais. A África do Sul já gasta anualmente mais de 1,5 bilião de dólares na Namíbia, e outro tanto talvez com gastos de soberania para sustentar a sua presença neste território.

A acrescentar, há a guerra em Moçambique, as dificuldades de recrutar mão-de-obra branca especializada para as suas indústrias e recrutar igualmente brancos para o seu exército, principalmente para os postos de chefia.



Aquino de Bragança (à direita, na foto) em Nkomati, com M. Hough, director do Instituto de Estudos Estratégicos da RAS

hoje o crescimento do próprio capitalismo e portanto a República sul-africana está em crise. A crise de conjuntura é o reflexo da crise mundial, a acrescentar às guerras movidas pela África do Sul. Essa crise provocou, no espaço de três ou quatro anos, o decréscimo da economia sul-africana, que era de mais 3 por cento, a menos 3 por cento negativo. No próprio «establishment» do regime, encontram-se partidários que ontem defendiam a existência de uma guerra preventiva e que hoje afirmam não ser suportável por mais tempo os custos de uma guerra em Angola, de garantir um regime fantoche na

Todos estes pontos levaram a África do Sul a aceitar esta proposta de Moçambique para discutir uma política de boa vizinhança e não-agressão.

Outro ponto assinalável e de grande importância é de que a África do Sul, sofreu, nas últimas semanas, uma grande derrota movida pelo exército angolano que hoje se encontra reequipado, reorganizado para poder responder, não só à agressão sul-africana, mas para poder levar a guerra ao próprio território sul-africano.

P — Acha que o Acordo de Nkomati vai-se reflectir a curto prazo, na acção dos bandos armados em Moçambique?

R — Bem, eu não sou profeta. Não posso responder a essa pergunta com uma resposta linear. Evidentemente, eu conto que os sul-africanos saberão respeitar a palavra dada, a letra e o espírito dos acordos. Se eles respeitarem o espírito dos Acordos, naturalmente os bandos armados têm um futuro bastante limitado. É opinião geral dos observadores todos, muitos deles que até nem são favoráveis ao nosso regime que os bandos armados são armados pela África do Sul. Portanto, no momento em que a África do Sul parar de dar o apoio aos bandos armados, eles passarão a ser simplesmente bandoleiros que o nosso exército se encarregará de limpar.

P — E quanto ao ANC, acha que sairá prejudicado com o Acordo de Nkomati?

R — O ANC terá que repensar esta nova situação, que os parece ter, numa certa medida, surpreendido. Com os anos da independência, com a criação da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique, uma nova situação tinha sido criada nos anos de 1975 que levou a um rápido crescimento de Organizações, que na legalidade, assumem os valores que defende o ANC, no interior do país. O ANC cresceu de uma maneira espectacular no interior do país e há hoje uma luta em que organizações frentistas muito largas, que defendem abertamente os ideais de liberdade, que o ANC defendeu sempre no interior do país, como por exemplo a Frente Democrática Unida, os sindicatos, onde milhares de trabalhadores sul-africanos estão engajados numa luta contra o capital, eu penso que estes novos factores poderão garantir ao ANC que o seu combate não será em vão.

O Congresso Nacional Africano (ANC) pode esperar da Frelimo um apoio moral, diplomático e político que o Presidente Samora tem bastantes vezes afirmado. Mas a Frelimo não se pode substituir ao ANC para a libertação do povo, pois que as revoluções não se fazem por procuração. □



«Doeane Motel», na RAS a menos de dois quilómetros da fronteira entre Moçambique e a África do Sul. Neste motel moçambicanos e sul-africanos discutiram os últimos preparativos da assinatura do Acordo de Nkomati



O ambiente de discussão no Motel revestiu-se, por vezes, de uma saudável informalidade

PREPARATIVOS DA ASSINATURA DO ACORDO

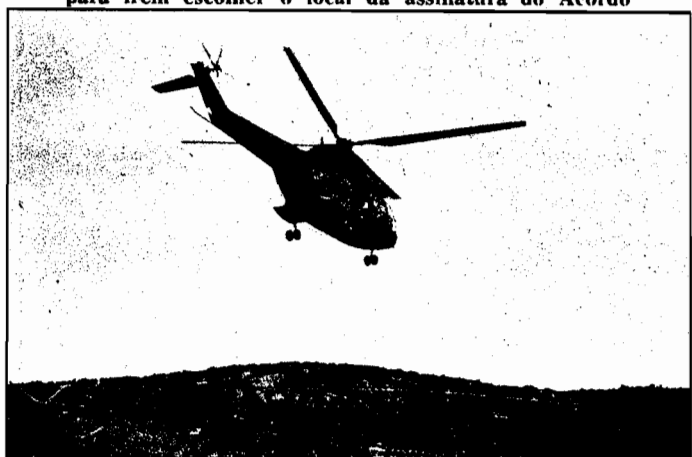
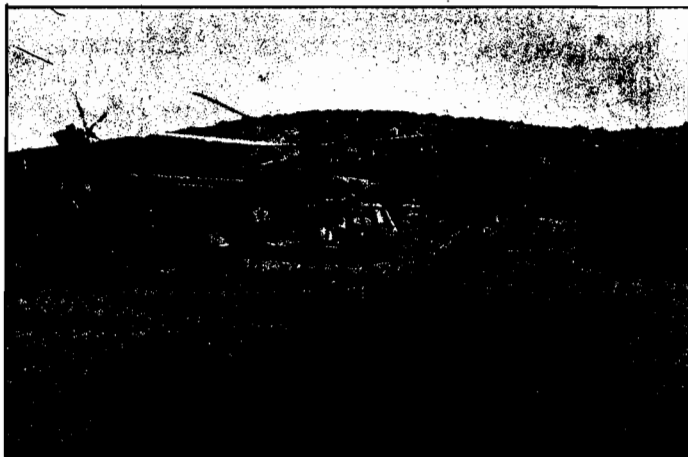
Os preparativos de assinatura do Acordo de Nkomati foram revestidos de uma intensa actividade que incluiu, nomeadamente, a discussão de detalhes do texto final a assinar, discussão do processamento protocolar da cerimónia, discussão da organização da segurança, cooperação na área da divulgação informativa do evento e escolha do local da cerimónia. Estiveram envolvidos nesses trabalhos, pela parte moçambicana, três principais negociado-



Dois embaixadores moçambicanos discutindo com um sul-africano pormenores do texto do Acordo de Nkomati



Momento em que a delegação moçambicana e a delegação sul-africana se preparavam para descolar num helicóptero da RAS para irem escolher o local da assinatura do Acordo



Em baixo: O local da assinatura do Acordo dois dias depois do início das obras





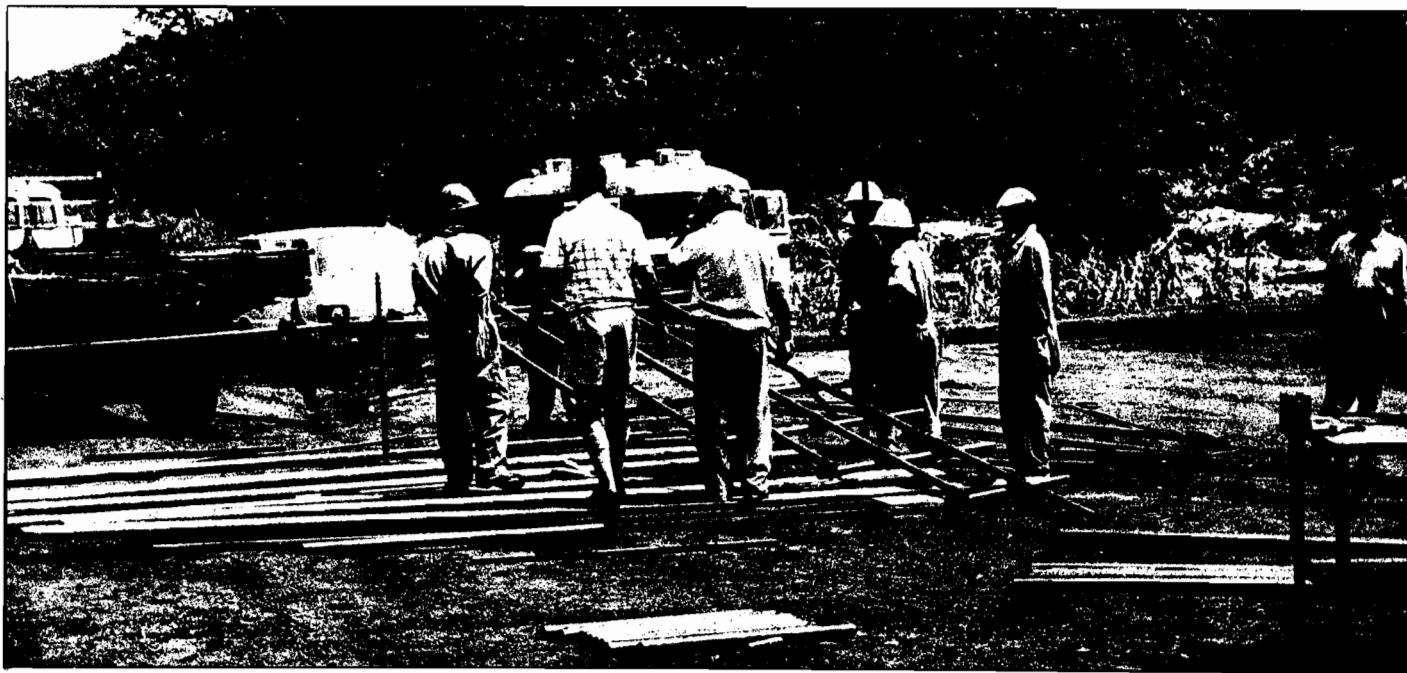
res nomeadamente Óscar Monteiro, Ministro da Justiça; Sérgio Vieira, Vice-Ministro da Defesa; Fernando Ganhão, Reitor da UEM. Foram coadjuvados por quadros dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Segurança e Informação.

A reportagem fotográfica que a seguir publicamos ilustra a já referida actividade que levou a uma conclusão recorde dos trabalhos preparatórios.

Fotos de Albino Magaia



Agrimensores sul-africanos calculando os limites das fronteiras da RPN e da BAS



Rufino Matos, Director Técnico da RM (à direita) discutindo com os sul-africanos pormenores das cabinas da Rádio



Jaime Ferreira, técnico da TVE (de casaco) discutindo frequências de transmissão televisiva



Moçambicanos e sul-africanos estudando a planta das obras



O Secretário de Estado do Planeamento Físico, José Forjaz (à esquerda) e o Reitor da UEM, Fernando Ganhão (terceiro a contar da direita) junto à linha férrea onde estariam os vagões da RPM e da RAS

Acordo de Nkomati



É o seguinte o texto integral do Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança assinado entre o Governo da República Popular de Moçambique e o Governo da República da África do Sul:

O Governo da República Popular de Moçambique e o Governo da África do Sul, adiante designados também como Altas Partes Contratantes;

RECONHECENDO o princípio de respeito estrito da soberania e integridade territorial, da igualdade soberana, da independência política e da inviolabilidade das fronteiras de todos os Estados;

REAFIRMANDO o princípio da não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados;

CONSIDERANDO os princípios internacio-

nalmente consagrados do direito dos povos à autodeterminação e independência e o princípio de igualdade de direito de todos os povos;

CONSIDERANDO a obrigação de todos os Estados de se absterem, nas relações internacionais, do uso da força ou ameaça de uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado;

CONSIDERANDO a obrigação dos Estados de resolverem os conflitos por meios pacíficos, e assim salvaguardarem a paz e a segurança internacionais e a justiça;

RECONHECENDO que é responsabilidade dos Estados não permitirem que o seu território seja utilizado para a prática de actos de guerra, agressão ou violência contra outros Estados;

CONSCIENTES da necessidade de promover um relacionamento de boa vizinhança com base nos princípios de igualdade de direitos e vantagem mútua;

CONVICTOS de que as relações de boa vizinhança entre as duas Altas Partes Contratantes contribuirão para a paz, segurança, estabilidade e progresso na África Austral, no Continente e no Mundo;

Acordam solenemente o seguinte:

ARTIGO UM

Cada uma das Altas Partes Contratantes compromete-se a respeitar a soberania e independência da outra e deve, em cumprimento desta obrigação fundamental, abster-se de interferir nos assuntos internos da outra Parte.

ARTIGO DOIS

1. As Altas Partes Contratantes resolverão os diferendos e disputas que surjam entre si e que possam pôr em perigo a paz e segurança mútuas ou da região, através de negociações, inquéritos, mediação, conciliação, arbitragem e outros meios pacíficos, e obrigam-se a não recorrer individual ou colectivamente ao uso da força contra a soberania, integridade territorial e a independência política de cada uma delas.

2. Para efeitos do presente Artigo, o uso da força compreende inter alia:

- a) Ataques por forças terrestres, aéreas ou marítimas;
- b) Sabotagem;
- c) Concentração injustificada de tais forças na ou junto das fronteiras internacionais das Altas Partes Contratantes;
- d) Violação das fronteiras internacionais, terrestre, aérea ou marítima, de qualquer das Altas Partes Contratantes.

3. As Altas Partes Contratantes não apoiarão de qualquer forma as forças armadas de qualquer Estado ou conjunto de Estados que tenham sido mobilizados contra a soberania territorial ou independência política da outra Parte.

ARTIGO TRÊS

1. As Altas Partes Contratantes não permitirão que os respectivos territórios, águas territoriais ou espaço aéreo, sejam utilizados como base, ponto de passagem de qualquer outra forma por outro Estado, Governo, forças militares es-

trangeiras, organizações ou indivíduos que planeiam ou se preparam para levar a cabo actos de violência, terrorismo ou agressão contra a integridade territorial ou independência política da outra, ou que possam ameaçar a segurança dos seus habitantes.

2. As Altas Partes Contratantes com vista a impedir ou a eliminar as acções ou a preparação das acções mencionadas no número 1 deste Artigo, comprometem-se nomeadamente a:

- a) Proibir e impedir a organização nos respectivos territórios de forças não regulares ou bandos armados, incluindo mercenários, que se proponham realizar as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- b) Eliminar dos respectivos territórios bases, centros de treino, locais de guarida, alojamento e trânsito para os elementos que pretendam realizar as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- c) Eliminar dos respectivos territórios centros ou depósitos de armamento de qualquer tipo, a serem utilizados pelos elementos referidos no número 1 deste Artigo;
- d) Eliminar dos respectivos territórios postos ou locais de comando, direcção e coordenação dos elementos referidos no número 1 deste Artigo;
- e) Eliminar dos respectivos territórios instalações de comunicação e telecomunicação entre o comando e os elementos referidos no número 1 deste Artigo;
- f) Eliminar e proibir a instalação nos respectivos territórios de estações de radiodifusão, incluindo emissões não oficiais ou clandestinas de elementos que levem a cabo as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- g) Exercer nos respectivos territórios controlo rigoroso sobre elementos que se proponham realizar ou planejar as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- h) Impedir que elementos que se proponham ou planeiam realizar as acções referidas no número 1 deste Artigo transitem de um ponto do interior do território de qualquer das Partes para outro ponto do território da outra ou para um outro ponto do território de qualquer terceiro Estado que faça fronteira com a Alta Parte Contratante contra a qual os

referidos elementos se propõem ou planeiam realizar tais acções;

- i) Tomar medidas apropriadas nos respectivos territórios para impedir o recrutamento de elementos de qualquer nacionalidade com o objectivo de levar a cabo as acções referidas no número 1 deste Artigo;
- j) Impedir que a partir dos seus respectivos territórios os elementos referidos no número 1 deste Artigo possam, por qualquer meio, levar a cabo acções de rapto e outras, com vista a tornar reféns cidadãos de qualquer nacionalidade no território da outra Alta Parte Contratante;
- k) Proibir a concessão nos seus respectivos territórios de qualquer facilidade de ordem logística para a realização das acções referidas no número 1 deste Artigo.

3. As Altas Partes Contratantes não utilizarão o território de terceiros Estados para levar a cabo ou apoiar as acções referidas nos números 1 e 2 deste Artigo.

ARTIGO QUATRO

As Altas Partes Contratantes tomarão medidas, individual e conjuntamente, para assegurar que a fronteira internacional entre os respectivos territórios seja efectivamente patrulhada e que os postos de fronteira funcionem com eficiência para impedir a travessia ilegal do território de uma das Altas Partes Contratantes para o território da outra, nomeadamente pelos elementos referidos no Artigo Três do presente Acordo.

ARTIGO CINCO

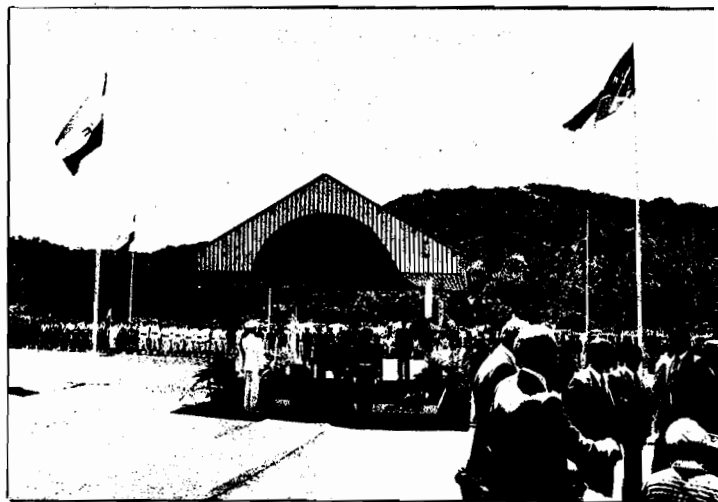
As Altas Partes Contratantes proibirão nos seus territórios acções de propaganda que incitem à guerra de agressão contra a outra Alta Parte Contratante e proibirão igualmente as acções de propaganda destinadas a incitar a actos de terrorismo e guerra civil no território da outra Alta Parte Contratante.

ARTIGO SEIS

As Altas Partes Contratantes declaram que não há conflito entre os compromissos por elas assumidos em tratados e obrigações internacionais e os compromissos decorrentes do presente Acordo.

ARTIGO SETE

As Altas Partes Contratantes empenham-se em interpretar o presente Acordo dentro do princípio da boa fé e realizarão contactos periódicos



Local onde teve lugar a assinatura do Acordo de Nkomati

entre si para garantir a efectiva aplicação do acordo.

ARTIGO OITO

Nenhuma disposição do presente Acordo poderá ser entendida como restringindo o direito de autodefesa de cada uma das Altas Partes Contratantes, em caso de ataques armados, nos termos em que tal direito vem consagrado na Carta das Nações Unidas.

ARTIGO NOVE

1. Cada uma das Altas Partes Contratantes designará representantes de nível elevado para integrar uma Comissão Conjunta de Segurança, com o objectivo de supervisionar e controlar a aplicação do presente Acordo.

2. A Comissão determinará os seus próprios procedimentos de trabalho.

3. A Comissão deverá reunir-se regularmente e poderá ser convocada a título extraordinário sempre que as circunstâncias o exigirem.

4. A Comissão deverá:

- a) Apreciar todas as alegações de violação das disposições do presente Acordo;
- b) Notificar as Altas Partes Contratantes das suas conclusões;
- c) Recomendar às Altas Partes Contratantes medidas que visem a aplicação eficaz do presente Acordo e a resolução dos diferendos decorrentes de violações ou alegadas violações.

5. As Altas Partes Contratantes definirão o mandato dos respectivos representantes, de mo-

do a permitir a tomada de medidas provisórias, em casos de reconhecida urgência.

6. As Altas Partes Contratantes porão à disposição da Comissão todas as facilidades necessárias ao seu bom funcionamento e apreciarão em conjunto as conclusões e recomendações por ela submetidas.

ARTIGO DEZ

Este Acordo será também designado por Acordo de Nkomati.

ARTIGO ONZE

1. Este Acordo entra em vigor na data da sua assinatura.

2. Qualquer alteração deste Acordo, concordada pelas Altas Partes Contratantes, deverá ser efectuada por Troca de Notas.

EM FÉ DO QUE, os signatários, em nome

dos respectivos Governos, assinam e selam este Acordo, em quadruplicado, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambas as versões igualmente autênticas.

FEITO E ASSINADO na fronteira comum nas margens do Rio Nkomati, aos 16 dias do mês de Março de 1984.

SAMORA MOISÉS MACHEL
MARECHAL DA REPÚBLICA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
POPULAR DE MOÇAMBIQUE
PRESIDENTE DO CONSELHO
DE MINISTROS

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DE MOÇAMBIQUE

PIETER WILLEM BOTHA
PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA ÁFRICA DO SUL

Moçambique/África do Sul

Coexistência entre dois Estados soberanos

Após a assinatura do Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança, o Presidente Samora Machel pronunciou o discurso que a seguir publicamos na íntegra:

Senhor Primeiro-Ministro
da República da África do Sul,
Senhora Botha,
Senhores Ministros,
Caros Convidados,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

A assinatura do Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança, representa um momento alto da história das relações en-

tre os nossos dois Estados, um momento alto da história da nossa região.

Os princípios que inscrevemos no Acordo de Nkomati são princípios de validade universal que regem as relações entre Estados soberanos, independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e sociais. São princípios que abrem perspectivas novas no

relacionamento entre os nossos Estados, no sentido de garantir uma paz sólida e duradoura entre os dois países vizinhos. São princípios que estabelecem uma nova situação na nossa zona, uma situação de paz e de boa vizinhança.

O Acordo de Nkomati é um documento único entre Estados da nossa zona. A sua necessidade resultou não tanto das diferenças que opõem os nossos Estados, mas sobretudo do processo de confrontação que se desenvolveu, gerando a consciência de que não era este o caminho que melhor servia os interesses dos nossos dois países.

Assumimos aqui o compromisso solene de não desencadarmos acções agressivas, de



«Sempre lutámos pela Paz, igualdade e progresso, pronunciando a palavra de ordem da FRELIMO, A LUTA CONTINUA!» — Presidente Samora Machel

qualquer tipo, um contra o outro, e criámos condições para, com honra e dignidade, ver instalar-se uma nova fase de estabilidade e segurança nas nossas fronteiras comuns.

Não queremos que a África Austral, e, em particular, os nossos dois países sejam palco de um conflito generalizado. Por isso consagramos no Acordo de Nkomati o princípio de que os nossos Estados não serão utilizados por qualquer outro Estado ou conjunto de Estados para pôr em causa a soberania, a integridade territorial ou a independência dos nossos países.

Estamos assim a lançar bases para romper definitivamente o ciclo de violência que se instalou nesta zona do continente. Violência que resultou sobretudo das pesadas heranças de que somos portadores. Violência que se iniciou há alguns

séculos, quando a dignidade e a personalidade dos povos africanos foram espezinhadas pela agressão, a dominação e a exploração do colonialismo europeu.

A África foi assolada pela brutalidade das guerras escravagistas e de conquista colonial, que trouxeram a divisão, a humilhação, a miséria e a destruição aos povos do continente.

Somos um continente de sobreviventes. Sobrevivemos à escravidão, sobrevivemos às guerras de conquista, sobrevivemos à brutalidade da repressão quando quisemos ser donos dos nossos próprios destinos.

Por isso, estamos bem conscientes do valor da paz, da necessidade de rejeitarmos as heranças que nos dividem.

Assumimos assim a responsabilidade perante o mundo e

perante a história, de assegurar a perenidade deste Acordo, de eliminarmos as causas que constituem a fonte da violência, da guerra e da confrontação.

Senhor Primeiro-Ministro,

As diferenças entre as nossas concepções políticas, económicas e sociais são grandes e até antagónicas.

Soubemos honradamente reconhecer tais diferenças no duro e difícil caminho das conversações francas e abertas que nos conduziram a este Acordo. Continuaremos a estar conscientes das contradições que subsistem, mas sabemos reconhecer que estamos indissolivelmente ligados pela geografia e pela vizinhança.

A coexistência pacífica, o respeito mútuo, as relações de boa vizinhança, são a única alternativa sensata, para que o nosso futuro se liberte do espectro da violência e destruição.

A República Popular de Moçambique defende a Paz como o bem mais precioso da Humanidade, como a aspiração mais profunda de todos os povos. A Paz e a coexistência estão inscritas na nossa Constituição. Foi com base na nossa política socialista de Paz que desde o primeiro encontro entre os nossos governos, em 17 de Dezembro de 1982, propusemos que, formal ou informalmente, acordássemos em fazer prevalecer a coexistência e a Paz entre os nossos Estados.

Há Paz quando se verifica o respeito entre Estados pela soberania, pela independência e pela integridade territorial.

Há Paz quando há harmonia, tranquilidade física, material, espiritual e social.

Há Paz quando, sem discriminação, se respeita a vida, a liberdade, a igualdade e a dignidade do Homem.

A Paz gera as condições para o progresso, o desenvolvimento económico e o bem-estar social.

Depois de uma longa época de conflitos armados surgem esperanças de Paz. Há que transformá-las em realidade. Há que fazê-las florescer e torná-las cada vez mais férteis e fecundas.

A perspectiva de Paz abre possibilidades à valorização dos imensos recursos em que abunda a nossa região. Estes recursos devem prioritariamente ser explorados em benefício dos povos, salvaguardando sempre os interesses nacionais de cada Estado.

As relações económicas entre os nossos Estados devem de-

Saibamos encontrar, na área económica, como valorizar recursos, infra-estruturas e situações que, constituindo uma experiência das nossas relações, são susceptíveis de trazerem vantagens e benefícios recíprocos, numa base de igualdade.

É neste contexto que o Acordo de não-agressão e boa vizinhança tem um papel importante a desempenhar, pois sem paz e tranquilidade não há desenvolvimento.

Estabelecemos relações de cooperação no âmbito da SADCC, com Estados da África Austral.

Como já tivemos ocasião de

Senhor Primeiro-Ministro,

Os nossos Estados souberam traçar a via da coexistência. Souberam discutir entre si. Souberam entre si caracterizar os seus interesses e objectivos. Muitos se surpreenderam da rapidez com que encontrámos as respostas, e da nossa capacidade em fazê-lo sem interferências exteriores a nós.

Nós, Povo moçambicano, queremos desenvolver relações amistosas com o Povo sul-africano. Nenhum de nós, moçambicanos ou sul-africanos, tem outra Pátria. Não somos estrangeiros ao nosso Continente, às nossas Pátrias.

Temos que conviver na base do respeito mútuo, da liberdade, da igualdade, da justiça. Estes são princípios fundamentais do nosso Estado, princípios que constituem a essência mesma da nossa concepção de sociedade livre e democrática, princípios com os quais nos mantemos coerentes e a que somos intransigentemente fiéis.

Temos como objectivo que a nossa região se afirme como modelo de Paz. Não queremos que a África Austral ou o nosso Continente sejam a base de quaisquer conflitos armados, não queremos, particularmente ser detonadores de uma confrontação à escala mundial.

A luta de libertação dos povos africanos foi para alcançar a paz.

A África inteira continua a luta para se transformar em zona de Paz, fazer dos seus oceanos estradas de Paz, de unidade, de amizade e cooperação entre os Povos. A África inteira combate para afastar do Continente os horrores de uma catástrofe nuclear.

Os povos africanos sempre lutaram para eliminar as causas geradoras de conflitos, de tensão, de guerras. Sempre lutaram para erradicar a dominação e exploração estrangeiras e, na paz, construir o progresso, o bem-estar e a felicidade.

Nesta luta pela dignidade e personalidade do homem africano, a Organização de Unidade



O Presidente Samora Machel e o Primeiro-Ministro P. W. Botha cumprimentam-se após a assinatura do Acordo de Nkomati

senrolar-se duma forma sã e correcta.

Não podemos nem devemos ignorar que as nossas relações têm uma tradição histórica, que valorizou a continuidade geográfica entre os dois países.

Mas devemos igualmente reconhecer que relações de dependência económica não são factor de estabilidade e progresso harmonioso, e por isso o nosso Estado rejeita todo o tipo de relacionamento que possa limitar, por qualquer forma, a sua independência, ou torná-lo economicamente dependente de um outro país.

afirmar, a SADCC não foi criada contra a África do Sul. O seu objectivo central é a eliminação da fome, da nudez, do analfabetismo e o melhoramento do nível de vida dos povos da região. Os Estados membros da SADCC recusam depender economicamente da África do Sul, como de qualquer outro país.

Estes objectivos estão solenemente proclamados na Declaração de Lusaka que instituiu a SADCC, e uma vez mais queremos aqui reafirmar a nossa inteira fidelidade a tais princípios.

Africana foi e continua a ser instrumento importante para a materialização das aspirações mais legítimas dos povos do nosso Continente.

Não podemos deixar de aproveitar esta ocasião para prestarmos a nossa homenagem aos fundadores e inspiradores da OUA. Há mais de 20 anos uma plêiade insigne de dirigentes africanos teve a lucidez, a visão histórica e a coragem de dar corpo à aspiração de Unidade para prosseguir a luta dos povos africanos pela libertação do nosso Continente.

Nesta grandiosa epopeia de libertação de África, muitos foram os heróis, que por esta causa tão nobre, sacrificaram as suas vidas. É profunda a nossa emoção, neste momento, ao evocarmos as suas memórias, que ficarão para sempre gravadas com respeito e carinho na história de África.

Queremos sublinhar o papel decisivo que têm desempenhado os dirigentes dos países da Linha da Frente a quem nos encontramos unidos, há longa

data, na causa da libertação do nosso continente e na busca de paz e do progresso, na busca da justiça e da igualdade nesta zona da África.

Saudamos as figuras ilustres de Mwalimu Julius Kambarage Nyerere e do Dr. Kenneth David Kaunda, que souberam fazer dos seus povos aliados seguros e inquebrantáveis na libertação do Povo moçambicano. Esta respeitosa homenagem aos Povos da Tanzânia e da Zâmbia estende-se a todos os povos que souberam fazer da nossa luta, a sua própria luta, para se alcançar a paz e a liberdade.

O Acordo que concluímos contribui significativamente para estes nobres objectivos. Mais ainda, ele permite que os esforços da região se concentrem na luta prioritária do Continente e da Humanidade: a luta contra a fome, a doença, a ignorância, a miséria, e o subdesenvolvimento.

Que a África surja como zona de progresso onde a razão prevaleça sobre o ódio e os

preconceitos esforços do homem se concentrem na luta pelo desenvolvimento e pelo bem-estar.

Paz, segurança, estabilidade e progresso foram sempre objectivos da luta do Povo moçambicano.

Em 1964, o nosso povo desencadeou a luta armada contra o colonialismo português para conquistar a independência nacional e eliminar um dos factores que perturbava a paz na nossa zona. Em 1974, dez anos depois, aquele objectivo foi alcançado.

Volvidos outros 10 anos, estamos aqui a estabelecer bases para que entre dois Estados da zona austral do nosso continente prevaleça um clima de boa vizinhança e paz.

Senhor Primeiro-Ministro,

O esforço para alcançar a Paz exigiu determinação, perspectiva histórica correcta e firmeza. Chegou o momento em que, mais que os textos e as formulações jurídicas, para nós conta a palavra dada, o sentido do engajamento, a boa fé.

O governo da República Popular de Moçambique, no espírito, e não só na letra, cumprirá a sua palavra.

Senhor Primeiro-Ministro,
Senhores Convidados,

Sempre lutámos pela Paz, igualdade e progresso, pronunciando a palavra de ordem da FRELIMO, A LUTA CONTINUA!

Hoje, a luta continua pela igualdade, pela democracia, pela justiça, para que no nosso continente todos sejam iguais.

Hoje, pela Paz, estabilidade, boa vizinhança e progresso,

A LUTA CONTINUA!
Muito Obrigado.



Momento em que eram prestadas honras militares, encontram-se o Presidente Samora Machel e o Primeiro-Ministro P. W. Botha acompanhados pelas respectivas delegações

O Acordo de Nkomati é um documento único entre Estados da nossa zona. A sua necessidade resultou não tanto das diferenças que opõem os nossos Estados, mas sobretudo do processo de confrontação que se desenvolveu, gerando a consciência de que não era este o caminho que melhor servia os interesses dos nossos dois países.



As diferenças entre as nossas concepções políticas, económicas e sociais são grandes e até antagónicas.

Soubemos, honradamente, reconhecer tais diferenças no duro e difícil caminho das conversações francas e abertas que nos conduziram a este Acordo. Continuaremos a estar conscientes das contradições que subsistem, mas sabemos reconhecer que estamos indissoluvelmente ligados pela geografia e pela vizinhança.



A República Popular de Moçambique defende a Paz como o bem mais precioso da Humanidade, como a aspiração mais profunda de todos os povos. A Paz e a coexistência estão inscritas na nossa Constituição. Foi com base na nossa política socialista de Paz que desde o primeiro encontro entre os nossos governos, em 17 de Dezembro de 1982, propusemos que, formal ou informalmente, acordássemos em fazer prevalecer a coexistência e a Paz entre os nossos Estados.

Como já tivemos ocasião de afirmar, a SADCC não foi criada contra a África do Sul. O seu objectivo central é a eliminação da fome, nudez, do analfabetismo e o melhoramento do nível de vida dos povos da região. Os Estados membros da SADCC recusam depender economicamente da África do Sul, como de qualquer outro país.

Estes objectivos estão solenemente proclamados na Declaração de Lusaka que instituiu a SADCC, e uma vez mais queremos aqui reafirmar a nossa inteira fidelidade a tais princípios.



Temos que conviver na base do respeito mútuo, da liberdade, da igualdade, da justiça. Estes são princípios fundamentais do nosso Estado, princípios, que constituem a essência mesma da nossa concepção de sociedade livre e democrática, princípios com os quais nos mantemos coerentes e a que somos intransigentemente fiéis:

Temos como objectivo que a nossa região se afirme como modelo de Paz. Não queremos que a África Austral ou o nosso Continente sejam a base de quaisquer conflitos armados. Não queremos, particularmente, ser detonadores de uma confrontação à escala mundial.

Paz, segurança, estabilidade e progresso foram sempre objectivos da luta do Povo moçambicano.

Em 1964, o nosso povo desencadeou a luta armada contra o colonialismo português para conquistar a independência nacional e eliminar um dos factores que perturbava a paz na nossa zona. Em 1974, dez anos depois, aquele objectivo foi alcançado.

Volvidos outros 10 anos, estamos aqui a estabelecer bases para que entre dois Estados da zona austral do nosso Continente prevaleça um clima de boa vizinhança e paz.



O esforço para alcançar a Paz exigiu determinação, perspectiva histórica correcta e firmeza. Chegou o momento em que, mais que os textos e as formulações jurídicas, para nós conta a palavra dada, o sentido do engajamento, a boa fé.

O governo da República Popular de Moçambique, no espírito, e não só na letra, cumprirá a sua palavra.

Feito pelo Povo inteiro

● Presidente Samora Machel no Comício Popular do Xipamanine



«Feito pelo Povo inteiro, do Rovuma ao Maputo», Presidente Samora Machel, mostrando a encadernação do Acordo

Concentrarmos toda a nossa energia no desenvolvimento económico, a limpeza total dos bandidos armados e uma rigorosa vigilância popular, são as principais tarefas que se colocam ao Povo moçambicano, decorrentes do Acordo de Nkomati, segundo disse o Presidente Samora Machel num comício popular realizado na tarde do passado sábado na capital do País.

As mais de cem mil pessoas presentes no local e arredores reafirmaram o seu total apoio à política socialista de paz do nosso Estado.

Cidadãos provenientes dos cerca de 3500 quarteirões dos 96 bairros da capital do País representavam no último sábado no Xipamanine todo o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo. O Marechal da República falou, assim, para todos os moçambicanos, a quem explicou os passos dados na política socialista de

Texto de Augusto Casimiro ● Fotos de Kok Nam e Naíta Ussene



Foi a aspiração pela Paz que levou o Povo moçambicano a criar a FRELIMO. Por isso: «Khanimambo Frelimo», cantaram em uníssono todos os presentes

paz e que culminaram com a assinatura do Acordo de Não-Agressão e de Boa Vizinhança com a República da África do Sul. Detalhou os passos dados desde a criação da Frente de Libertação de Moçambique em 1962, até aos nossos dias, tendo sempre como

factor determinante a paz. **Estamos ainda a prosseguir o combate iniciado em 1964: a conquista da paz**, disse. Observou que essa luta pela paz teve que tomar a forma de luta armada, sendo o seu desejo último e sempre a conquista da paz.

Com as alterações operadas na África Austral, com a independência de Moçambique, **trouxemos a amizade entre os povos, assim como a solidariedade e a fraternidade**, explicou, detalhando que se tratava da **nossa civilização**, tendo como factor determinante o desejo de construir a paz na região, com esses valores que implantámos na África Austral.

O Presidente Samora Machel explicou alguns detalhes a observar face à assinatura do Acordo entre os dois Estados, nomeadamente o respeito pelas fronteiras e a saída de artigos de contrabando, entre outros pontos. Observou que os bandidos armados vão ser enterrados, porque deixarão de ter o apoio logístico em armas, treino e mantimentos, que o Governo da África do Sul lhes dava. **Fomos assinar o Acordo para cobrir com terra a fonte donde nasce a água. Agora fica a água que já está no tubo**, disse.

Recapitulou em seguida os principais pontos abordados na reunião do Comité Central em Agosto de 1982, na qual **constatámos que os bandidos armados estavam a destruir a nossa economia**. Assim, foram definidas três frentes importantes, nomeadamente no domínio militar, no campo político-diplomático, a nível internacional, e o sector económico, para o que foram lançadas as bases de uma economia de guerra. Como resultados, há a registar na



A espontaneidade também caracterizou o ambiente de festa que se viveu no Xipamanine. Graça Machel e Cristina Tembe, Secretária da OMM da Cidade de Maputo, interrompem a leitura da mensagem das mulheres da capital para cantar: «Hoje o Xipamanine está cheio de heróis!»



«**Centrarmos toda a nossa energia no desenvolvimento económico, limpamos totalmente os bandidos armados e exercermos uma aguda vigilância popular**»

frente militar a ocupação do mato e colocação dos bandidos armados na defensiva, ao ponto de terem sido feitos 3500 prisioneiros até fins de 1983. No campo diplomático e com as visitas presidenciais ao mundo ocidental foi reconhecido que a África do Sul era o agente desestabilizador da República Popular de Moçambique, dado o apoio total que concedia aos bandidos armados. A independência e a soberania do nosso País saiu, assim, reforçada.

A assinatura do Acordo entre os Governos da República Popular de Moçambique e da República da África do Sul surge assim como uma vitória da política socialista de paz, traçada pelo IV Congresso do Partido Frelimo.



O dirigente máximo da Revolução moçambicana foi efusivamente saudado, já depois de terminado o Comício do Xipamanine, ao longo da Rua do Zixaxa, que subiu a pé até, à Praça 21 de Outubro

RETORNO AO PASSADO

«Se não tivéssemos sido obrigados a ir ao Comício do Xipamanine teríamos feito cartazes e outros desenhos vários, como nós jovens vemos e sentimos as coisas», tem 14 anos e pronunciou-se assim. É, com efeito, estranho ter havido uma escola secundária na capital do País que tenha obrigado e por escrito os seus alunos a irem ao comício, cuja realização foi pedida pelas estruturas de base do Partido e do Estado da Cidade de Maputo.

Alguém comentava a atitude da direcção daquela escola como sendo «fascista» e, pior do que isso «de contribuir para a desmobilização dos jovens, que naturalmente querem participar em todas as manifestações deste género, quando são devidamente encaminhados». E mais grave foi a medida tomada naquele estabelecimento de ensino, porque a organização do comício estabeleceu os 16 anos como idade mínima para a presença no encontro.

Quando não se sabe ou se não quer mobilizar como deve ser, o recurso a estes métodos atentatórios surge como solução.

Este tipo de acção, que nega o mais elementar respeito pela pedagogia infantil, para além de outras violações nega o heróico nome que a Revolução moçambicana deu àquela escola. Parecem dispostos a epitetá-la, de novo como «Liceu Salazar».

Voltemos ao comício e lembremo-nos que os graciosos continuadores, portadores que eram de flores para os presentes na tribuna, numa mensagem de simplicidade e de continuidade, foram logo de seguida transportados para suas casas, porque a sua missão era tão somente aquela mão cheia de alegria. E as

mais de cem mil pessoas devidamente organizadas e mobilizadas pelas estruturas de base do Partido e do Estado rejeitam o método antipopular usado naquela escola secundária. Método esse que bem faz lembrar as mobilizações — leia-se obrigações — a que a Mocidade Portuguesa sujeitava os jovens.

Augusto Casimiro

A Escola Secundária Josina Machel esteve presente na manifestação da Paz. Poderia ter estado melhor representada se a mobilização dos seus alunos não tivesse «carácter obrigatório»



O Marechal da República, em dado momento no Comício do Xipamanine e tomando como ponto de referência para o diálogo que manteve com os presentes, referiu-se às bandeiras da República Popular de Moçambique e do Partido Frelimo hasteadas de um e do outro lado da tribuna de honra. Explicou que a bandeira nacional abrangia todos os moçambicanos, enquanto que a outra apenas abrangia os membros do Partido. Disse que o Acor-

do de Boa Vizinhança e de Não-Agressão com a África do Sul tinha sido assinado a nível dos Governos e entre os dois Estados, sendo por isso, pela nossa parte, coberto pela bandeira nacional.

Traçou como tarefas decisivas e importantes para o momento presente e na sequência do acordo assinado, a necessidade de **concentrarmos toda a nossa energia no desenvolvimento económico, limpeza total dos bandidos armados e exercermos uma aguda vigi-**

lância popular. A pedido dos presentes o Presidente Samora Machel mostrou as duas encadernações que contém o Acordo. Uma, com o texto em português e de cor vermelha, e outra, com o texto em inglês e de cor verde. Já com as duas encadernações na mão, o dirigente máximo da Revolução moçambicana disse que foram feitas pelo Povo inteiro do Rovuma ao Maputo.

□

...e o Xipamanine tornou-se pequeno



«Estamos ainda a prosseguir o nosso combate iniciado em 1964: a conquista da Paz»

O campo do Xipamanine tornou-se pequeno para conter os milhares de residentes de Maputo que, no comício de sábado, orientado pelo Presidente Samora Machel, quiseram manifestar o seu total apoio ao Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança assinado no passado dia 16 com o Governo da República da África do Sul.

Sábado, Xipamanine esmerou-se. Bandeiras e dísticos de diversas cores, as ruas e o recinto de jogos impecavelmente limpos e decorados, tudo estava a postos para receber visitantes das mais variadas origens que foram manifestar o seu apoio à Direcção do Partido Frelimo por «esta grande vitória» que constitui o Acordo de Paz assinado com a República da África do Sul.

Desde as primeiras horas da tarde de sábado, residentes mobilizados nos diversos bairros do Grande Maputo, juntaram-se em locais de pré-concentração previamente estabelecidos. Cantavam, dançavam, riam-se e davam vivas ao Presidente Samora Machel, ao Partido Frelimo, pela vitória alcançada com a assinatura do Acordo com a RAS. Daí rumaram com destino ao campo do Xipa-



O campo de futebol do Xipamanine não foi suficiente para conter o número de pessoas que afluíram para manifestar o seu apoio ao Acordo de Paz

manine, manifestando com vozes o entusiasmo que os animava perante a perspectiva de Paz que doravante caracterizará as relações entre os dois Estados vizinhos.

No campo, de todos os lados, convergiam multidões alegres, cantando e ostentando dísticos, com palavras de apoio à política de Paz que sempre foi defendida pelo Povo, pelo Partido e pelo Estado moçambicanos.

Quando eram pouco mais das 14 horas, o recinto de jogos do Xipamanine já não era suficiente para conter os manifestantes que não paravam de chegar. Estimase que estiveram ali presentes mais de 100 mil pessoas, às quais se adicionam os largos milhares que, não podendo penetrar no campo, ficaram retidos ao longo das ruas que dão acesso ao Xipamanine. O nosso colega «Notícias» calcula em 120 mil o total das pessoas. A impossibilidade de es-

tar no local onde se realizou o comício não fez estas desanimar. Surgiram «Xiricos» de todo o lado, a vizinhança aumentou o volume dos seus rádios, e foi como se toda a gente estivesse no campo de futebol onde as Organizações Democráticas de Massas apresentaram as suas mensagens e falou o Presidente Samora Machel.

A vitória ora alcançada servirá para retemperarmos as forças e prosseguir o combate pelo aumento da produção e produtividade, pela aceleração da liquidação do subdesenvolvimento — sublinharam as mensagens. O acordo é o resultado do conhecimento profundo que o Povo moçambicano tem do valor da Paz. Paz que, noutros termos, significa viver numa sociedade onde o valor do Homem não é medido pela cor da pele, e de cuja dinâmica social «os sul-africanos não são invulneráveis».

Terminado o comício, Xipamanine viveu em ambiente de festa até aos princípios da noite. Rufa-



Momento em que se procedia à leitura da mensagem da OTM: determinação em fazer com que o Acordo de Paz seja o impulsor do aumento da produção e produtividade para o combate ao subdesenvolvimento

ram tambores trazidos por agrupamentos culturais, cantou-se e dançou-se em pequenos círculos que cresciam e diminuía conforme um e outro conseguia conquistar para si as atenções.

B. T.



PARABÉNS PELAS INICIATIVAS DO PARTIDO E ESTADO

Parabéns às ideias do Partido e Estado, de organizar a campanha de apoio às populações atingidas pelas cheias, que afectaram a zona Sul. Foi de certo um momento oportuno de organizar e mobilizar as populações para apoiarem aqueles que perderam todos os seus haveres. Digo isto, parabéns, porque esta ideia deve-se alas-

trar em todo o País, como por exemplo, na província de Tete, que há mais de 2 anos que não chove, principalmente nos distritos de Mutarara, Changara, Moatize e na própria capital provincial. Penso que os 7 distritos podem apoiar tudo, quer dizer que a experiência que foi grande pois até domingo ainda davam informações sobre aqui-

lo que as pessoas deram. As estruturas de Tete devem organizar campanhas de tal forma que, para terminar, devem seguir estas ideias. Por isso, souberam lançar no momento oportuno.

Olísio Saguete Alface Foloma
Maputo

AMIGO NÃO TEM RAZÃO

Venho por meio desta carta responder ao colega Jorge Varela. Li a parte reservada às Cartas dos Leitores, na Revista «TEMPO» n.º 698, datada de 26/2/84, em que o supracitado critica o colega Assane M. O facto de ter afirmado que os nossos milicianos deveriam ter outro tipo de uniforme e não militar. Claro, amigo em parte tem razão, mas não na totalidade.

Pensou muito longamente e nem chegou onde ele queria atingir. Saltou e não quis pisar no local onde ele estava parado, a observar o caso. Enfim, o colega é que se encontra errado.

O facto doutro colega ter afirmado que os nossos milicianos deveriam ter uniforme para se diferenciarem dos nossos soldados, não quer dizer que pretenda criar o que o amigo chamou de separatismo,

não é isso? Amigo, errou. Talvez pretendesse chegar a esse nível. Eu analisei ao contrário em relação ao colega. Só diria que, até ao momento não estamos em condições de criarmos uniforme diferente para unidades diferentes. Ainda estamos a lutar contra o subdesenvolvimento. Em todos os países, meu amigo, soldados da Marinha têm o seu uniforme, da Força Aérea, idem, Comandos, Infantaria Motorizada, até ao Destacamento Feminino, será que existe separatismo?

Amigo, eu pessoalmente estive na RDA onde existem diferenças mas isso significa desenvolvimento. Ainda se fosse comparar milicianos com estruturas coloniais: GE's, Comando, para quê tudo isso?

Falou de que deve também haver diferença em armamento, por exemplo: AKM. Para quê tudo isso? Colega, esta car-

ta do Assane, analisou muito mal. Comparou os milicianos com os BAS, é certo isso?

Amigo, nós cá na República Popular de Moçambique, quando vencermos o subdesenvolvimento que nos ameaça teremos soldados da Marinha com o seu uniforme, os da Força Aérea com o seu uniforme, os da Guarda-Fronteiras, os da Infantaria Motorizada com o seu etc., segundo o nosso desenvolvimento.

Se os milicianos devem ou não vestir uniforme militar isso depende do Minitério da Defesa Nacional, não de nós civis pois seria ultrapassar o nosso limite e interferência nos assuntos militares.

Eu não sei se o colega conhece as normas que regem o campo militar. Desculpe pelas presentes observações.

Patrício António Momade
Maputo

Cartas dos Leitores

ESTOU FARTO DE ASSISTIR SEMPRE AO MESMO FILME!

É pela primeira vez que escrevemos para a revista «Tempo», querendo denunciar um pouco a forma incorrecta, como acontecem certos casos que nós enfrentamos.

É o caso dos filmes. Aqui nesta cidade nós notamos um certo erro, que é os filmes, correrem mais de duas vezes. É inadmissível ter sempre de assistir ao mesmo filme, enquanto em Maputo certos filmes correm mais que 7 semanas.

— Será que só a capital é que pode variar os filmes? Sinceramente!

Joaquim, Luís, Abdul,
Zacarias e Henrique
Xai-Xai/Gaza



«SEM ESTUDO NÃO HÁ VIDA»

Segundo o título, venho de novo responder à carta do amigo Raimundo Bernardo Muluela, publicada na revista «Tempo» n.º 695, de 5/2/84, na página das cartas dos leitores. Sou um elemento das FAM (FPLM), em serviço no distrito de Panda/Inhambane, desde Janeiro de 1983. Não estou contra a sua ideia mas sim, quero deixá-lo claro e fazer compreender. Eu também fui colega da mesma escola da turma I, n.º 11, 6.ª classe, no ano de 1981. Escola Secundária Mutuáli/Malema. Esta é a segunda resposta que hoje dou. Na sua carta, o amigo Raimundo procura saber porque é que estudamos? Até o leitor diz que «vamos servir o

nosso povo estando em casa a cavar ratos?

Eu, como um pequeno em tudo na vida, assim como nas minhas ideias, direi o seguinte:

«Parece-me que o nosso Partido e Governo conhecem estas impossibilidades, e segundo a decisão do IV Congresso realizado em Abril de 1983, criou-se um novo comando para as pessoas com estas preocupações (Comando Operativo «Operação Produção»).» Este ano está previsto para eu completar 19 anos de idade e dois na vida militar. Saí do distrito de Malema em Abril de 1982, éramos um grupo de 20 voluntários para esta vida. Uns estão na província de Gaza e outros

estão cá comigo em Inhambane.

Amigo Raimundo Bernardo, a verdade é uma: deixe de cavar ratos e sem perda de tempo enquadre-se na bela vida (FPLM) ou na OJM ou dirija-se para o Comando Operativo de Namialo/Nampula, a fim de ser encaminhado aos sectores onde poderá servir o seu povo.

Os professores daquela Escola Secundária não têm culpa. Até lhe posso dizer uma coisa que não era precisa: se é que conheceu o professor Daniel Fernandes, conhecido por «Sinceramente», nós deixámo-lo no CPPM da Manhiça/Maputo, como militar.

Armando Carlos Bacar
Inhambane

EM QUE ESTAÇÃO DOS CTM PÁRA O MEU DINHEIRO?

A propósito do título acima referido e para deixar claros os estimados leitores, a seguir vou referir exactamente com que base surge o título:

— Foi no dia 14 de Janeiro de 1982, que na Estação dos CTM de Mopeia enviei o montante de 2450,00 MT ao meu primo Ricardo G. Tenifala Agostinho, o qual se encontra no exército, na Machava, em Maputo. Mas como ele estivesse de férias, o referido montante foi devolvido. De notar que o recibo tem o n.º 000289, da série 16/A.

Face a esta situação, o senhor Manuel Raimundo, chefe daquela Repartição Pública, disse para que eu fizesse o pedido de reembolso. Assim fiz e até hoje nunca mais me aparece a resposta e, quando pergunto ao chefe da referida Estação, apenas me responde: — «Tenha calma, o seu pedido de reembolso há-de vir».



Os meses vão passando e esse «há-de vir» nunca mais vem. Quando aparecem as cartas sou o primeiro a vasculhar para ver se o «há-de vir» chegou ou não, mas não tenho tido resultado satisfatório senão só nas correspondências. E é tempo que lá vai! Agora não sei quem será o responsável pela justificação desse tempo se porventura o «há-de vir» chegar!

Sem me alongar mais, peço às estruturas a quem de direito, para que me satisfaçam segundo o título «Em que estação dos CTM pára o meu dinheiro?»

Para além de que igualmente me esclareçam devidamente se não tenho direito de recebê-lo e, se possível, quando é que o posso receber dado que é o meu dinheiro.

Madeira Culde Chicupapo

Mopeia/Zambézia

ESFEROGRÁFICAS SÃO SÓ PARA AS EMPRESAS?

Sou estudante da Escola Secundária de Mocuba no curso nocturno. Escrevo para a Revista «TEMPO» pelo que vejo

aqui na minha escola ser demais.

Antes de detalhar pergunto: «Será que as esferográficas são

só para as empresas?» As escolas não precisam? E outros indivíduos que trabalham por conta própria não precisam também das mesmas?

Foi precisamente no ano passado, 1983, que se venderam esferográficas aqui na escola só uma vez, no princípio do 1.º trimestre. E passou-se todo o ano sem se vender mais.

Quando ando por aí na rua vejo funcionários com três esferográficas nos bolsos das balalaicas que são «vermelha, azul e preta».

Ao finalizar agradeço às estruturas competentes para verificarem esta situação e pelo menos vender-nos três vezes por ano.

Blande Luís Tomo
Mocuba/Zambézia



A ANTIGA ESCOLA PAROQUIAL DE XAI-XAI É CENTRO SOCIAL?

O que me preocupa nesta cidade de Xai-Xai é o problema que afecta a grande maioria do nosso povo, no que respeita à Educação. Sabemos que o Povo moçambicano durante a dominação colonial não teve acesso ao ensino, e neste momento deparamos com o problema das infra-estruturas. O que me causou grande admiração foi a ideia da Direcção Provincial de Educação e Cultura, que transformou uma es-

cola num centro social dos trabalhadores (para quem conhece Xai-Xai, na antiga Escola Paroquial), mas nos dias chuvosos há crianças que não vão à escola porque recebem aulas ao ar livre.

«Será que a Direcção Provincial de Educação e Cultura não pode fazer umas obras para o centro social dos trabalhadores?».

A. J. Macamo
Xai-Xai — Gaza

DESORGANIZAÇÃO NA EMBARCAÇÃO DO COMBINADO PESQUEIRO DO IBO

Venhor expor um problema de desorganização que se gera na embarcação a motor do combinado pesqueiro do Ibo. A referida embarcação só leva carga e não passageiros. Se alguém quiser embarcar do Ibo para Pemba e vice-versa, é preciso pedir favores à direcção desta empresa. O limite máximo é de 6 passageiros. Porquê? Será que a Empresa não tem condições para resolver este grave problema?

Exemplo: uma pessoa que

vive no Ibo, recebe uma notícia de falecimento, doença, etc., de um seu familiar que reside em Pemba. Agora pergunto: Como embarcar para lá, «se não há transporte?»

Caros leitores, acho que este problema é muito sério. Por último, apelo às estruturas ligadas a esta empresa, para que solucionem o mais rapidamente possível este problema.

Momade Bacar Anli
Ilha do Ibo/Cabo Delgado

QUANDO SEREI TRANSFERIDO?

Sou professor primário na Escola Samora Machel, em Micaúne, distrito do Chinde, Província da Zambézia, desde 1981, tendo acabado o curso em 1980, em Tete.

Depois de um ano de trabalho perdi um irmão meu num acidente, deixando 7 filhos. Por esse motivo meti um requerimento de pedido de transferência para Quelimane-cidade, terra de origem, a fim de prestar apoio familiar. Pelo contrário, saiu indeferido.

Seis meses depois perdi uma irmã que deixou 2 filhos, que se encontram comigo no meu local de trabalho.

Em 1983 meti o segundo requerimento e o despacho não se alterou. Além disso sou doente e único filho dos meus pais. A D.D.E.C., incluindo a Direcção da ZIP, sabem muito bem desta situação.

Peço às estruturas competentes que deem uma resposta sobre a minha preocupação. Quando serei transferido? Será que esses motivos não são suficientes, para uma transferência?

Marcelino Mandara Wapita
Micaúne-Sede
Distrito do Chinde/Zambézia

POSTA RESTANTE

NAMPULA

● Nito dos Santos da Costa residente em Angoche, distrito de Nampula, lamenta o facto de o autocarro que fazia o trajecto Angoche-Monapo-Larde e vice-versa, circular actualmente em desacordo com a orientação da trajectória então estabelecida. Na mesma carta acrescenta que as pessoas residentes em Angoche percorrem a pé 90 quilómetros, para chegarem ao distrito do Monapo.

● O nosso leitor Armindo Nefula Maluleque, residente no distrito de Nampula, critica a falta de civismo nalguns passageiros dos Transportes Públicos Urbanos. No dia 9/10/83 ele viajou para a baixa da cidade e no seu regresso viu um caso extremamente estranho. Na paragem do Rex gerou-se uma confusão e repentinamente os passageiros começaram a entrar e a sair pelas janelas do autocarro, devido à maior concentração de alguns nas portas de entrada e saída. Antes da entrada em funcionamento dos autocarros dos TPU em Nampula, a população local reclamava quase todos os dias ao Governo a chegada de autocarros e a consequente criação de uma empresa, que é os TPU, mas agora que os têm já não os conservam convenientemente.

MANICA

● Da cidade de Chimoio o senhor Alexandre Carlos Guilaze endereçou-nos uma carta, na qual condena a forma como o proprietário da loja Sena vende vestuário ao público, principalmente capulanas. Quando recebe capulanas só vende cinco delas e as restantes são convertidas em vestidos, blusas e saias, que depois são vendidos ao preço de 3000,00, 1500,00 e 1300,00 MT, respectivamente.

Isto porque ele sabe que uma capulana custa 250 ou 350 meticals. Será candonga «permitida pela lei?» — interroga.

● Residente no distrito de Sussundenga, o senhor António Sixpene Mareua diz que tem redigido e enviado muitas cartas para a RDA, das quais nunca recebeu nenhuma resposta. Contudo, o seu parente que está na RDA sempre que lhe escreve cartas reclama que ele não lhe responde regularmente, o que não corresponde à verdade. Mareua diz que como da RDA para Moçambique as cartas chegam e de cá para lá não, implica que a raiz do problema

reside nos correios de Sussundenga.

● A falta de delicadeza no Restaurante Flor de Voga é apontada pelo nosso leitor Azar Felisberto Machava, residente no distrito de Manica. No dia 30/12/83 o senhor Machava foi àquele restaurante, a fim de almoçar e permaneceu oitenta minutos sem ser atendido. Depois de ter reclamado o tempo gasto inutilmente, o servente disse-lhe que não podia deixar de servir primeiro os seus amigos por causa dele! E como castigo, talvez, o servente só lhe serviu vinte e cinco minutos mais tarde, depois de finda a discussão.

C. P. 2917

A lista que se segue é constituída pelos nomes de leitores cujas cartas mencionavam problemas de vários sectores e cuja gravidade exige prévia investigação antes de publicação.

Assim, essas cartas foram enviadas aos Gabinetes de Controlo e Disciplina das estruturas de tutela dos sectores atingidos pelo conteúdo das mesmas.

A lista dos leitores e as estruturas para onde foram encaminhadas as cartas é a seguinte:

G.C.D. do Banco de Moçambique: Oscar Manuel Torres Ferreira, residente na Beira; José Martins Moniz, residente na Beira; Sofia; Manuel Francisco, residente na Beira; Sofia; José Domingos Ordem, residente na RDA; Sebastião Fabião Vaflo, residente em Maputo; António Mendes Puaneia, residente em Nampula; Raimundo Fernando Folige, residente em Maputo.

G.C.D. do Ministério dos Correios: Júlio Vicente Muche, residente na RDA; Europa; José Amisse, elemento das FPLM, destacado em Manica; Paulo Maxerime, residente em Moatize; Tete; Sozerio Cabloca, elemento das FPLM, destacado em Maputo; Gaze; Félix Andioche, residente na

RDA; Europa; Armando de Arieira Machanga, residente em Nampula; Domingos Mugabe, residente em Benguela; Zambézia; Madalena C. Chilundo, residente em Moçimela; Zambézia; Fernando Massine, residente em Moatize; Tete; Celestino Pedro, residente em Gúrué; Zambézia.

G.C.D. do Ministério da Construção e Águas: Grupo de trabalhadores, residentes em Mocuba; Zambézia; Estêvão Wamusse, residente em Mocuba; Zambézia; Raul Pereira Almeida, residente em Gile; Zambézia; Marcelo J. Nhambe, residente em Maputo; Zeca Raimundo Anselmo Martins, residente em Quelimane; Zambézia; Carlos Francisco, residente em Chokwê; Gaze; Luís Joaquim Dzombe, residente em Tete; Félix Laps Mafurteira, residente na Zambézia; António Sixpene Mareua, residente em Chimoió; Manica; António Jaime Sitole, residente em Limpopo; Gaze; Gonçalves Josefa, residente em Chimoió; Manica; José Domingos, residente em Maputo.

G.C.D. do Ministério dos Portos, C.F. e Marinha Mercante: Sábino Adriano Muntovo, residente em Maputo; Laurentino Gualdini, residente em Moamba; Maputo; Jorge Vilanculo, residente na Beira; Sofia; Paulo Machava, residente em Gaze; Jossias Malequissane Nhalingue, residente em Maputo.

PEDIDOS DE CORRESPONDÊNCIA

Quem desejar corresponder-se para troca de opiniões, livros, postais e discos, pode escrever para:

Americano José Maingue C. dos Santos
Caixa Postal n.º 121
Beira Sofia
República Popular de Moçambique

Gonçalves Wlekane Nhambire
Caixa Postal n.º 2013
Beira Sofia
República Popular de Moçambique

Fernando Afonso Chambule
Caixa Postal n.º 1281
Beira Sofia
República Popular de Moçambique

Amerinho Lindomar
Escola 28 de Janeiro,
Ilha da Juventude
República Socialista de Cuba
América Latina

João Miguel de Almeida
Caixa Postal n.º 18379
Luanda
República Popular de Angola

Fernando Gonçalves Pedro
Caixa Postal n.º 4246
Maputo
República Popular de Moçambique

John Paulo Kudimbangila
E.F.A.T. Boquisso
CTM de Marracuene
Maputo
República Popular de Moçambique

Manuel dos Santos Poti
S.P.E.M. Caixa Postal n.º 435
Chimoio Manica
República Popular de Moçambique

José Frezala William
Caixa Postal n.º 4246
Maputo
República Popular de Moçambique

Alfredo Samuel Angulaze
D.D. de Educação e Cultura de Vilanculo
Inhambane
República Popular de Moçambique

Serafim José Manuel Etyde
Empresa Metalúrgica de Nacala
Caixa Postal n.º 183
Nampula
República Popular de Moçambique

Escreva para:

Revista «TEMPO»

Cartas dos Leitores

Av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A e B

C. P. 2917

MAPUTO



Coordenação de
Luís Carlos Patraquim

APRESENTAÇÃO

Um dos espaços que a cultura tem para fazer-se e exprimir-se é este: a folha impressa. Não é o único, talvez seja mesmo aquele que vem depois, mas é importante. Nele podemos pôr a circular as práticas que nos situam como homens deste modo de ser moçambicano. Com este magazine cultural queremos ser isso.

A facilidade ou a dificuldade de conseguirmos dar vida à página cultural, a que um órgão de informação como este não se pode eximir, dependerá mais dos leitores e colaboradores do que de nós. Nossa é a disponibilidade responsável. Vossa a respiração imperiosa. Aqui fica desde já o convite.

Queremos dizer a seguir, como disse Neruda, que «não somos retores de nada», que não temos a pretensão de nenhum dirigismo, ainda que defendamos um ideário: este por onde se faz a cultura combatente que é a nossa, a cultura que a cada momento se teve que situar perante as outras para poder ser ela própria, a cultura que não recusa a circulação fecundante das ideias para melhor se definir, a cultura dos «condenados da terra» que na sua opção de classe abre as únicas portas ainda honestas e possíveis de uma universalidade livre.

Depois disto é o que o leitor quiser e nós formos capazes. Estamos a pensar nos que têm os poemas e os contos nas gavetas, na-

queles que não escreveram a crónica dentro de si imperativa por não ver onde publicar, os que ensaiaram o artigo de opinião ou o desenho fremente de desejo traçando o perfil da namorada (o) e o papel perdeu-se amarrotado. E derrotado o autor também, é preciso dizer.

Quanto a nós pensámos em algumas secções: o «Pássaro Azul» para a poesia e que é título roubado a um belíssimo poema de José Craveirinha em «Karingana Ua Karingana»; o «Ofício de Escrever» mais ou menos inspirado em Pavese que contemplará o conto; as «Trave(s) Mestra(s)» para o texto antológico de opinião, texto sempre de problematização e nunca de verdade feita — a verdade é uma construção; um «Arco-Iris» quinzenal a questionar qualquer tema cultural; o «Falando de Cinema», etc. Manteremos uma «correspondência» suscinta com todos que nos enviarem colaboração.

E por último, sem encerrar nada, ocorrenos referir só que vamos defender aquilo que podemos chamar de qualidade mínima, o que nos surgir construído com atenção e sinceridade artística, o que denotar trabalho, mais do que o oportunismo dos «slogans» mal compreendidos e pior servidos.

Agora o desafio é de todos e a originalidade é vossa.

Pássaro Azul
Ofício de Escrever
Trave(s) Mestra(s)
Falando de Cinema
Correspondência

ESTA MANEIRA DE SE AMAR

A OLGA

Esta maneira de se amar,
meu amor,
à punjança de um nervo
afaga-me os dias e o tempo todo.

Esta maneira de se amar,
meu amor,
ao inferno dos fogos
sem asas, sem penúrias
é de raça meu amor,
é de raça.

Esta maneira de se amar,
meu amor,
só de um grito
é o verdadeiro tecto,
sim senhor,
da nossa casa.

Esta maneira de se amar,
meu amor,
fulgindo tudo,
casa, vento, sol, água,
pedra, rua, alma e tu,
não é nada, mas é tudo,
meu amor.

E entre esta maneira
e a outra,
de se dizerem as coisas
com todas as palavras,
só um pinga nos fica
entre o beijo e a boca.

Eduardo White

NGILINA TU VAI MORRER

Assim é vida? Insultos sempre sempre, trabalhar todo o dia do xicuembo parece burro de puxar nholo, muinto purrada assim parece mesmo boi de puxar char-rua. Chaga na bochecha, boca inchada, nariz arranhado, dentes partido, é vida mesmo. Assim não é vida, não. É melhor morrer mesmo. Morrer é mesmo bom. Tudo acaba, tudo. Sim valapena morrer... Mas é assim vida de mulher. Paciência... Só o xicuembo sabe...

Assim é maneira que Ngilina fala com o seu coração. Esse seu coração inchado no peito, pesado na garganta, e fechar a boca. Lágrimas caladas molham as faces.

Ngilina limpa as lágrimas na sua capulana de xigueuepau com gravura de uma mulher sã no meio de milho. Tem pena sim.

Ngilina 'sta pilar parece máquina. O pilão faz dú, dú, dú.

Espalha-se na quietude essa voz do pilão, quebra a paz que salta do sol detrás da palhota, a

cair entre as copas das micaias vermelho parece tomate maduro.

Pau-de-pilão sobe, pau-de-pilão desce, pau-de-pilão sobe, pau-de-pilão desce. O corpo de Ngilina também sobe também desce. Parece vara verde é manera qu'stá subir-descer.

Mas a pilar assim, olhos sempre no pilão, a bater sempre de maneira igual, muinto muinto Ngilina parece mesmo máquina de moer farinha.

A voz do pilão foge para o mato. A sombra do pilão e da Ngilina cresce fica comprido. Os seios pequenos na sombra são grandes mas só saltam um mucado só. Ngilina pila. A sombra também pila. Ngilina pára. A sombra também pára. Zombateira, imita a Ngilina que esfrega saliva nas mãos. Esta e todas as outras sombras crescem silenciosamente, abraçam-se para dançar xigubo do pilão da Ngilina.

A noite vai chegar mesmo. O homem da Ngilina vai voltar.

É preciso, ferver ncancana depressa, botar amendoim.

Ferver água, botar um mucado de farinha de milho que agora começou a peneirar. Esperar mucadinho. Mais farinha. Depois mexer com libondjo até ficar úpsa, servir e pôr na mesa. Não esquecer moringa, de água para beber. Não esquecer piripiri, água na bacia e toalha. Não esquecer nada mesmo, nada. Mas primeiro água no balde na casa de banho. Depois de ele banhar, ir ajoelhar com respeito e dizer. Tatana, vai comer.

Agora falta mucado só. Ngilina acompanha a dança da peneira nos dedos com uma cantiga. Mas como cantiga assim parece choro de rola, parece lamento de xivambalana?

Esta cantiga é mesmo choro de rola picando o coração da savana gemido do coração inchado daquela minina.

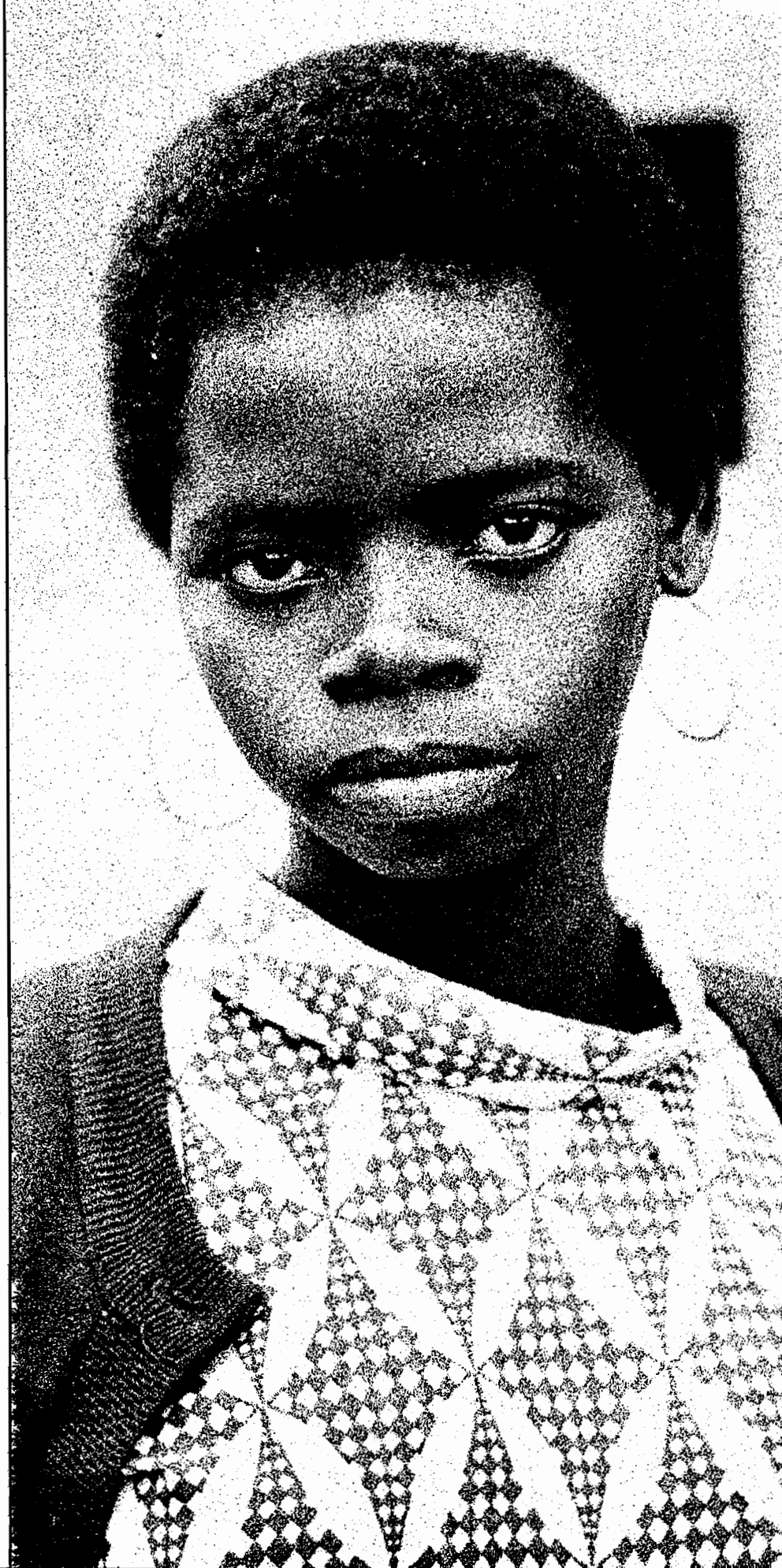
Mas porquê esta vida Ngilina?

Ngilina tinha só d'zasseis anos quando o marido, um homem de idade do pai e magáissa na altura reuniu com os pais na palhota grande. Só depois dessa reunião ela soube que estava lobolada. Não queria.

Mas o pai queria. Mandava.

Ngilina nunca até ali dormiu com homens e nunca mais gostou desde aquele dia em que o marido a possuía. Mas ele queria sempre, todos os dias. Como diria não se lhe pertencia? Acordava com dores na coluna, nas ancas, na cabeça, todo o corpo. Como diria qu'estou doente? Lá estava a sogra — aquela velha maldita — a dizer: tú, lenha, tú água, tú balde de barro na cabeça, tú, enxada, tú panela de barro no lume, tú, pratos lavados ... Mas lá estava a velhota, mãos juntas atrás, a chamá-la preguiçosa, preguiçosa, todo dia do xicuembo.

Evocava sempre o lobolo que o filho gastou.



Um ano passou. O marido começou com zangas.

Diz que Ngilina não nasce filhos. Não sabe porque a lobolou. Não é mulher. Bate-a por tudo e por nada. Com cinto que tem ferro, com paus, com socos, com pontapés, com tudo. Coitadinha, Ngilina, era uma minina chonguile mas agora ficou velha num ano só. Ngilina é xiluva que murchou.

O corpo dói, sim, mas dói é muito, muito o coração. O coração 'stá inchado, vai rebentar no peito. Ngilina, tu vai morrer. Pode ir para casa descansar sofrimento. Mas qual maneira se o pai comeu todo o dinheiro do lobolo no nthonthonto e no vinho de monhê da vila? Yotataneé, é melhor não pensar nada.

Naquele dia quando o marido voltou a sogra fez queixa.

Disse que Ngilina 'stava com mufanas no poço quando ia carretar água Youé. Aquilo não foi bater não.

Os dentes ficou partido. Quase Ngilina queria morrer, faltou mucedinho.

Ngilina acordou cedo. Pegou na corda e no machado.

Parecia que ia na lenha. O sol encontrou-se no caminho. Chegou no mato andando devagarinho. Subiu no canhoeiro, amarrou corda no ramo e a outra ponta no pescoço. Depois largou-se no ar e ficou a lengalengar.

Morrer é fácil. É mesmo bom. Ngilina dorme o sono da xiluva no meio da selva que murchou.

No mato os bichos lutam e amam. O choro da rola, rola é choro de verdade mesmo. E todos os outros bichos do mato vão também chorar Ngilina. Ela tem agora o pescoço na corda tesa. Embora os olhos muito abertos dorme o sono de nunca acabar, nunca, nunca mais.

Tem pena sim.

Mama nôô. Youé.

Sulelman Cassamo

Falando de Cinema

Cinema cubano HASTA LA VICTÓRIA, SIEMPRE



«Pô Vermelho» do realizador Jesús Díaz que abriu a Semana do Cinema Cubano

Tivemos em Maputo, nos primeiros dias do corrente mês, mais uma mostra (a sexta) do cinema cubano, a qual ao dar-nos a oportunidade de apreciarmos uma boa parte da produção cinematográfica daquela origem saída dos estúdios entre 1979 e 1982, tanto no que respeita ao cinema de ficção como ao documentário, nos deu igualmente a possibilidade de fazermos uma avaliação sobre as

linhas de força emergentes da cinematografia cubana desse período.

E, tentando enumerá-las, não podemos deixar de, em primeiro lugar, referir o importante papel que o documentário continua a desempenhar na cinematografia cubana, quer pelos temas que trata quer pela sua qualidade. Isso fica bem demonstrado nesta «Semana» se nos lembrarmos que,

além dos documentários de curta metragem que entraram como complemento nas seis sessões que a «Semana» teve, também duas das longas metragens (duas em seis, portanto) eram documentários: «Algo Mais Que uma Medalha» e «Maritza e Suazo». Quanto à diversidade dos temas neste género de cinema falam estes dois filmes de forma eloquente: o primeiro tratando de desporto; o segundo, de alfabetização. Quanto ao seu enraizamento na vida do povo falam-nos, sobretudo, o mesmo «Maritza e Suazo» (neste caso do Povo nicaraguano), «Arrieiros» e «Pedro Zero por Cento». Não há dúvida que neles palpita e respira o que mais genuinamente faz triunfar as Revoluções e prosperar as Nações. Quanto à sua qualidade falam os prémios conquistados por cinco dos documentários apresentados: «Redondo e Vem em Caixa Quadrada» (Seleccionado entre os filmes mais significativos exibidos em 1979 — selecção Anual da Crítica, em 1979 — Havana. Prémio «Caracol» de som); «Arrieiros» (Segundo Prémio na XXII Semana Internacional de Cinema de Barcelona, Espanha, em 1980); «Pedro Zero por Cento» (Terceiro Prémio «Coral» de Documentário no III Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, em Havana, 1981. Prémio de realização no III Concurso da Secção de Cinema, Rádio e Televisão da União dos Escritores e Artistas de Cuba, Havana, 1981); «Uma Fotografia Percorre o Mundo» (Prémio Especial do Júri e Prémio de Trucagem no III Concurso acabado de mencionar); e «Algo Mais Que uma Medalha» (Segundo Prémio «Coral» de Documentário no IV Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, Havana, 1982).

É tudo isto que dá ao documentário cubano a projecção de que ele goza hoje em quase todo o mundo, projecção essa que se reflecte também na influência que o mesmo tem exercido em muitos documentaristas, sobretudo na América-Latina, onde aliás, uma boa parte deles, da própria América-Latina e de outros lados, tem encontrado o campo predilecto para a realização dos seus fil-

mes, não poucas vezes actuando clandestinamente.

O INTERNACIONALISMO E A FICÇÃO MILITANTES

Outra linha que se mantém no cinema cubano é a do seu carácter internacionalista, patente nesta «Semana» em duas das seis longas metragens do programa: «Alcino e o Condor» e «Maritza e Suazo», dos quais o primeiro é internacional a vários títulos: primeiro, o realizador é chileno (Miguel Littin); segundo, a produção e a realização envolvem quatro países (Costa Rica, Cuba, México e Nicarágua); terceiro, a acção situa-se na Nicarágua.

Apesar de já ter conquistado dois prestigiantes prémios (o Prémio Especial do Júri no IV Festival Internacional de Havana, em 1982, e o «Prémio de Ouro» no Festival Internacional de Cinema de Moscovo, em 1983) e de ter sido mencionado nos EUA para o «Oscar» a atribuir ao melhor filme estrangeiro, não gostámos das interpretações de dois dos principais personagens deste filme (os oficiais mercenários norte-americano e holandês), o que poderá até estar na base de algumas situações que se nos afiguram algo inverosímeis ou, pelo menos, demasiado singulares. Como exemplos citamos a desavença entre os referidos oficiais mercenários, embriagados, e o humanismo várias vezes alardeado pelo norte-americano. É indiscutível, contudo, o grande nível da fotografia, especialmente nas sequências de elevada ambiência poética, e o realismo atingido nas sequências de luta armada e dos massacres, que servem muito eficazmente o objectivo de denúncia do genocídio praticado pelo imperialismo

ou com o seu apoio em várias regiões do Globo. Como indiscutível é o estofo de verdadeiro actor revelado pelo jovem Alan Esquivel, que faz o papel de Alcino.

Temos, depois, a continuação do tratamento de temas muito directamente relacionados com a luta do Povo cubano pela criação duma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, de que são demonstração três das quatro longas metragens de ficção da «Semana»: «Pó Vermelho», «Lenda» e «Guardas-Fronteiras». Destes, apenas ao último temos a apontar um argumento em que sobressaem algumas «facilidades», como é o caso dos prolongados e intensivos tiroteios com os atiradores de ambos os lados demasiado expostos, sem que, no entanto, uma só bala acerte, nem que seja apenas de raspão. É também o caso das muitas coincidências, como aquela do jovem guarda-fronteiras que só na noite em que um homem-rã inimigo emerge da água e se arrasta pela areia é que toca viola e canta no seu posto de vigilância. Trata-se, todavia, de um filme claramente endereçado à juventude. E a verdade é que esta vibra entusiasticamente do princípio ao fim. Que seja um filme com o conteúdo deste a provocar esse entusiasmo, achamo-lo muito positivo.

Por fim, e como corolário do que já dissemos, resta-nos a comprovação de que o cinema cubano continua vivo e actuante. Acrescentaremos apenas que se houvesse um prémio a atribuir ao melhor filme desta «Semana de Cinema Cubano», nós o atribuiríamos a «Pó Vermelho». Seria, assim, mais um a juntar aos quatro que ele já conquistou.

Guilherme Afonso

A ficção
é a melhor
maneira
de problematizar
o real



POÉTICA

O acto poético é o empenho total do ser para a sua revelação. Este fogo de conhecimento; que é também fogo de amor, em que o poeta se exalta e consome, é a sua moral. E não há outra. Nesse mergulho do homem nas suas águas mais silenciadas, o que vem à tona é tanto uma singularidade como uma pluralidade. Mas, curiosamente, o espírito humano atenta mais facilmente nas diferenças que nas semelhanças, esquecendo-se, e é Goethe quem o lembra, que o particular e o universal coincidem, e assim a palavra do poeta, tão fiel ao homem, acaba por ser palavra de escândalo no seio do próprio homem. Na verdade, ele nega onde outros afirmam, desoculta o que outros escondem, ousa amar o que outros nem sequer são capazes de imaginar. Palavra de aflição mesmo quando luminosa, de desejo apesar de serena, rumorosa até quando nos diz o seu silêncio, pois esse ser sedento de ser, que é o poeta, tem a nostalgia da unidade, e o que procura é uma reconciliação, uma suprema harmonia entre luz e sombra, presença e ausência, plenitude e carência.

Essa revelação do poeta, e dos outros com ele, essa descida ao coração da alma, de que Heraclito encontrou a fórmula, essa coragem de mostrar o que achou no caminho — e nunca é fácil, nem alegre, nem irresponsável revelar o que se encontrou ou sonhou nas galerias da alma — é o que chamarei agora dignidade do

poeta, e com ele a do homem. Porque é sempre de dignidade que se trata quando alguém dá a conhecer o que viu, por mais fascinante ou intolerável que seja o achado.

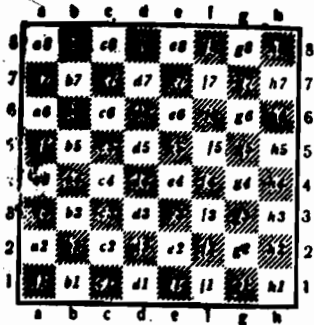
«O futuro do homem é o homem», estamos de acordo. Mas o homem do nosso futuro não nos interessa desfigurado. Este animal triste que nos habita há milhares de anos, cujas possibilidades estamos tão longe de conhecer, é o fruto de uma desfiguração — acção de uma cultura mais interessada em ocultar ao homem o seu rosto do que em trazê-lo, belo e tenebroso, à luz limpa do dia. É contra a ausência do homem no homem que a palavra do poeta se insurge, é contra esta amputação no corpo vivo da vida que o poeta se rebela. E se ousa «cantar no suplício» é porque não quer morrer sem se olhar nos seus próprios olhos, e reconhecer-se, e detestar-se, ou amar-se, se for caso disso, no que não creio. De Homero a S. João da Cruz, de Virgílio a Alexandre Blok, de Li Po a William Blake, de Bashô a Cavafy, a ambição maior do fazer poético foi sempre a mesma: Ecce Homo, parece dizer cada poema. Eis o homem, eis o seu efêmero rosto feito de milhares e milhares de rostos, todos eles esplendidamente respirando na terra, nenhum superior a outro, separados por mil e uma diferenças, unidos por mil e uma coisa comum, semelhantes e distintos, parecidos todos e contudo cada um deles único, solitário, desamparado. É a tal rosto que cada poeta está religado. A sua rebeldia é em nome dessa fidelidade. Fidelidade ao homem e à sua lúcida esperança de sê-lo inteiramente; fidelidade à terra onde mergulha as raízes mais fundas; fidelidade à palavra que no homem é capaz da verdade última do sangue, que é também verdade da alma.

Eugénio de Andrade,
in «Os Afluentes do Silêncio»

Correspondência

REMÍGIO JOSÉ, Pataque (Nampula). Recebemos o teu trabalho sobre a juventude. Confessas que o escreveste ao correr ... da esferográfica. Tenta sistematizá-lo melhor. Manda mais.

DINIZ WILSON, Cuamba (Niassa). Interessante o teu texto «O NEGRO não morre por ...». Aprofunda mais com os dados da tua experiência e as leituras que fizeste. Manda mais.



XADREZ



Bent Larsen xadrezista inesquecível

Bent Larsen, Grande Mestre dinamarquês, com o rating de 2585 pontos, é um dos melhores xadrezistas contemporâneos. Durante a sua longa actividade como xadrezista, alcançou importantes triunfos em torneios de renome internacional. Tornou-se muito popular no mundo, porque pela sua categoria e passagem pelos quatro cantos da terra, em todos os tipos de torneios, obteve o título de jogador instável, pois, tanto podia vencer grandes mestres, como a seguir ser derrotado por jogadores de nível inferior.

Bem recentemente, no torneio Drew Kings em Londres, perdeu com o grande mestre Jann Timman (2605 pontos) — holandês, em apenas 19 lances! O que terá acontecido, para tal suceder? Vejamos: Londres Brancas: Jann Timman; Negras: Bent Larsen; Abertura Siciliana. 1. P4R, P4BD; 2. C3BR, P3R; 3. P4D, PxP; 4. CxP, C3BR; 5. C3BD, P3D; 6. P4B, C3B; 7. B3R, D2B; 8. D3B, B2D; 9. 0-0-0, P3TD; 10. P4CR, CxC; 11. TxC, B3B.

A prática no xadrez, tem demonstrado que a variante utilizada pelas negras, oferece grandes possibilidades de ataque às brancas.

Com o lance 11..., B3B, Larsen recusa continuar no gambito que originaria, 11..., P4R; 12. T4B; BxP; 13. D3C, D1C; 14. B6C, B3R; 15. PxP, PxP; 16. B7B, D1B; 17. DxPR, C2D; 18. D4B, BxT; 19. BxB, C3B; 20. C5D!...; com jogo favorável às brancas. O certo é que, com o lance 11..., B3B, as

brancas passam a ter uma magnífica formação de ataque, sem ter necessidade de sacrifício de material, como na variante apresentada.

Assim, a partida prosseguiu com: 12. P5C, C2D; 13. B3T, P3CR; 14. TR1D, P4C; 15. D3C, B2CR; 16. TxP, P5C; 17. P5B!

A ameaça sistemática das brancas, concretizou-se com este lance, que rompe a barreira dos peões negros, uma vez que abre linhas para um poderoso ataque...

17..., PxP; 18. TxP+, R1D; 19. TxP, e as negras perante esta grande ameaça, optaram por render-se.

XADREZ EM CABO DELGADO

Teve recentemente início na capital provincial de Cabo Delgado-Pemba, a primeira movimentação oficial de xadrez, na qual participam cerca de 40 novos amantes e dinamizadores da modalidade, estando já a decorrer o Torneio de Abertura. Há a destacar, nesta cidade, a participação do sector feminino, em número de cinco.

O acontecimento, deveu-se fundamentalmente, ao trabalho realizado pelo vice-campeão nacional de juniores José Mouzinho, que aproveitando a sua estada naquela província em gozo de férias escolares dedicou a maior parte do seu tempo na organização de cursos de aprendizagem e orientação da arte escaquística, o que acabou por constituir um exemplo

digno de realce para os jovens xadrezistas do país.

Entretanto, a arte escaquística conhece na Cidade da Beira a fase final do Torneio de Abertura estando simultaneamente as cidades de Maputo, Inhambane e Chimoio viradas para a mesma prova, esperando-se que no decorrer da próxima semana o mesmo venha a acontecer nas cidades de Xai-Xai, Quelimane e Nampula.

TORNEIO INTERNACIONAL EM LUANDA

De 25 a 30 de Abril do corrente ano, decorrerá em Luanda, capital de Angola, um importante torneio de xadrez, que colocará frente a frente as selecções do Botswana, Zimbabwe, Zâmbia e Moçambique convidada para o efeito, e, do país anfitrião, que estará representado por dois combinados nacionais.

De entre os participantes convidados, Moçambique é o único ainda não filiado na FIDE (Federação Internacional de Xadrez) e a surgir pela primeira vez na arena internacional da modalidade.

Cada combinado, terá um efectivo de quatro jogadores e dois suplentes. Com esse objectivo, os oito melhores classificados do país já se encontram em preparação intensa, sendo de destacar que o único xadrezista bem classificado, não pertencendo à capital do país, é Adriano Moisés, campeão nacional de Juniores, representando a província de Gaza.

GLJ



PREVISÕES

Por
Nostradamus

CONCURSO N.º 13

COSTA DO SOL Representante de Moçambique na Taça dos Vencedores das Taças de África	C 1 F 1 — COSTA DO SOL — S. C. VILLA — O Costa do Sol ainda não acertou o passo. Ganhou ao Ferrovário e ao Estrela Vermelha. Entretanto viu-se em apuros para vencer o Chamanculo. Não conhecemos a equipa ugandesa. Esperemos que o Costa do Sol lhe reserve uma surpresa. Que o resultado dê para encerrar a 2.ª mão com optimismo 1	S. C. VILLA Representante do Uganda na Taça dos Vencedores das Taças de África
VARZIM R.E. 20 BOAVISTA 2-4 SPORTING 0-1 PORTO 0-0 GUIMARÃES 1-1 SETÚBAL 1-1 BRAGA 1-0	C 2 F 2 — VARZIM — BENFICA — Na 1.ª volta 0-2. Não se pode dizer que o Benfica tem sido feliz na Póvoa. E até é exacto que nos 5 últimos anos só ganhou uma vez, perdeu outra e empatou três. Este ano o Porto também lá empatou (0-0). O Boavista e o Sporting ganharam. Dupla X2 e como o Benfica precisa desesperadamente de ganhar em simples vai 2... 2 T. 0-1, 0-0, 1-1, 2-0, 0-4, 1-1	BENFICA R.E. 40 PORTO 1-3 BRAGA 1-1 BOAVISTA 2-1 SPORTING 1-0 RIO AVE 3-2 SETÚBAL 3-2
PORTIMONENSE R.E. 21 BOAVISTA 1-2 GUIMARÃES 0-2 BRAGA 1-1 SETÚBAL 0-0	C 3 F 3 — PORTIMONENSE — PORTO — Na 1.ª volta 0-2. O Porto não costuma ganhar duas vezes seguidas em Portimão. No ano passado ganhou. Depois de ter ganho em Alvalade deu ideia de poder ganhar em qualquer campo. A perseguição ao Benfica é acicate eficaz. Novamente o 2 2 T. 0-2, 0-0, 0-4, 1-0, 1-1, 1-2	PORTO R.E. 39 BENFICA 0-1 ESTORIL 0-0 SALGUEIROS 0-0 VARZIM 0-0 SPORTING 1-0 GUIMARÃES 1-0
SPORTING R.E. 31 PORTO 0-1 BENFICA 0-1 GUIMARÃES 2-0 BOAVISTA 3-2 PORTIMONENSE 3-0	C 4 F 4 — SPORTING — SETÚBAL — Na 1.ª volta 1-0. Nos últimos 9 anos o Sporting venceu sempre... mas 6 vezes pela tangente. Este ano o Setúbal, na posição de visitante tem 4 vitórias, 4 empates e 4 derrotas. Parece (e é) um bico de obra. Valha-nos a tradição 1 T. 1-0, 1-0, 6-1, 1-0, 2-1, 4-1, 1-0, 4-1, 1-0	SETÚBAL R.E. 24 BOAVISTA 1-0 ESPINHO 1-0 ESTORIL 3-1 GUIMARÃES 4-3
PENAFIEL R.E. 18 BRAGA 2-0 GUIMARÃES 1-0 PORTIMONENSE 1-0 SETÚBAL 0-0 VARZIM 1-1	C 5 F 5 — PENAFIEL — FARENSE — Na 1.ª volta 1-4. O Penafiel sobe e o Farense desce. A vantagem pontual é, pela primeira vez no campeonato, favorável ao Penafiel. A equipa da casa acaba de bater o Braga por 2-0. A tendência é 1 1	FARENSE R.E. 16 SETÚBAL 1-1 PORTIMONENSE 2-2 AGUEDA 1-1 ESTORIL 0-0 SALGUEIROS 0-1 VARZIM 0-2
BOAVISTA R.E. 22 GUIMARÃES 0-0 SPORTING 0-0 ESPINHO 0-0 RIO AVE 1-0 SETÚBAL 0-1 PORTIMONENSE 2-3	C 6 F 6 BOAVISTA — BRAGA — Na 1.ª volta 1-2. A tradição diz que é jogo para tripla. O Braga só uma vez ganhou fora e foi em Agueda. Há 3 anos que o Boavista não ganha ao Braga. É preciso quebrar o enguiço. A dupla IX deve chegar. Em simples, 1 1 T. 2-0, 1-1, 0-2, 2-1, 1-0, 1-1, 0-1, 0-2	BRAGA R.E. 24 FARENSE 1-1 PORTIMONENSE 1-1 RIO AVE 1-1 SALGUEIROS 0-0 PENAFIEL 0-2 VARZIM 0-2

SALGUEIROS R.E. 15 ESPINHO 4-0 ESTORIL 6-2 FARENSE 1-0 GUIMARÃES 2-1 PORTO 0-0 BRAGA 0-0 SPORTING 1-1 SETÚBAL 3-3	C 7 F 7 — SALGUEIROS — AGUEDA — Na 1.ª volta 0-4. Embora tenha empatado 7 vezes em casa cremos que desta vez o Salgueiros vai ganhar porque joga uma das últimas cartadas. Em casa ainda se não deixou bater. O Águeda, fora, só ganhou uma vez ... 1	AGUEDA R.E. 17 ESPINHO 0-1 PENAFIEL 0-1 ESTORIL 0-0 BRAGA 1-5 BOAVISTA 1-4 FARENSE 1-0
ESPINHO 9 AGUEDA 1-0 SALGUEIROS 1-0 PENAFIEL 0-0 SETÚBAL 0-1	C 8 F 8 — ESPINHO — ESTORIL — Na 1.ª volta 1-1. É provável que se repita o resultado da 1.ª volta. O Espinho está condenado. O Estoril, quase. E esta é talvez a última oportunidade de pontuar fora pois terá de deslocar-se às Antas e a Alvalade. Atendendo ao estado de necessidade... X X T. 0-2, 2-1, 2-1, 2-1	ESTORIL R.E. 14 AGUEDA 1-1 BENFICA 1-1 RIO AVE 0-4 SALGUEIROS 2-6
GUIMARÃES R.E. 22 PORTIMONENSE 0-2 PORTO 0-1 SPORTING 2-1 BOAVISTA 4-1 SETÚBAL 3-4	C 9 F 9 — GUIMARÃES — RIO AVE — Na 1.ª volta 0-2. Três derrotas em casa devem ter excedido as previsões dos vimaranenses — equipa com aspirações. Isso é mau para o Benfica e para o Rio Ave que terão de visitar a cidade-berço. Com a tradição vamos bem 1 T. 3-1, 3-1, 2-0	RIO AVE R.E. 20 SPORTING 1-4 SETÚBAL 0-3 PENAFIEL 1-0 ESPINHO 3-2 BRAGA 0-2
CHAVES R.E. 27 VALONGUENSE 6-0 RIOPELE 5-0 VALDEVEZ 4-0 TIRSENSE 3-1 SANJOANENSE 1-0	C 10 F 10 — CHAVES — LEIXÕES — Na 1.ª volta 0-1. Confiamos tanto no Chaves quando joga em casa quanto desconfiamos quando joga fora. O Leixões já perdeu fora quatro vezes, sendo a última com o modesto Valdevez. Note-se que o Chavs está a um ponto do Leixões. É jogo para 1 1 T. 0-0, 0-1, 3-2, 1-0 4-2, 2-0	LEIXÕES R.E. 28 FAMALICÃO 0-1 G. VICENTE 2-3 VALDEVEZ 0-1 VIZELA 0-4
RIOPELE R.E. 20 VALDEVEZ 3-0 LIXA 5-0 FAMALICÃO 3-0 VIZELA 0-1 CHAVES 0-1 SANJOANENSE 0-0 TIRSENSE 0-0	C 11 F 11 — RIOPELE — P. FERREIRA — Na 1.ª volta 1-1. É incontestável que o P. Ferreira está em melhor forma que o Riopele. Contudo, ifora, não vai além do empate. A tradição não favorece o empate; no entanto acreditamos nele X T. 4-0, 1-0, 0-1, 1-2	P. FERREIRA R.E. 25 VISEU 0-0 FAFE 1-1 LIXA 1-1 TIRSENSE 1-1 VALDEVEZ 1-1
ALCOBAÇA R.E. 29 CALDAS 5-1 TORRIENSE 4-1 U. LEIRIA 3-1 ACADÉMICO 1-0 GUARDA 1-2	C 12 F 12 — ALCOBAÇA — PENICHE — Na 1.ª volta 1-1. O grande trunfo do Peniche é a defesa. Nas 22 jornadas nunca sofreu mais de 2 golos num jogo. Os empates aconteceram com equipas mais fracas que o Alcobaca. Esta equipa ganhou ao Académico e perdeu com o Guarda. Tendência 1 1 T. 3-0	PENICHE R.E. 28 CALDAS 2-2 ELVAS 1-1 TORRIENSE 0-0 U. TOMAR 0-0
CALDAS R.E. 18 ALCOBAÇA 1-4 U. COIMBRA 0-1 TORRIENSE 3-1 B. MAR 1-1 ELVAS 0-0 PENICHE 2-2	C 13 F 13 — CALDAS — ACADEMICO — Na 1.ª volta 0-4. Há um desnível de 14 pontos. O Académico perdeu com o B. C. Branco mas ganhou em Aveiro e na Covilhã. O resultado da 1.ª volta foi tão desnivelado que dá esperanças de que a chave não termine em 1. Dupla X2 com tendência para 2 2 T. 1-0	ACADÉMICO R.E. 32 ALCOBAÇA 0-1 B. C. FRANCO 1-2 PENICHE 1-2 BEIRA MAR 2-0 CCVILHÃ 2-1 ANADIA 3-1

NOTAS — 1 — T = Tradição.
2 — R. E. = Resultados escolhidos.

Curiosidades

Um casal norte-americano entregou a filha recém-nascida a outro casal que não podia ter filhos, em troca de um televisor a cores.

Os pais da criança já tinham outro filho com um ano e meio e o casal que adotou a criança recém-nascida não tinha di-

nheiro suficiente para pagar a uma agência de adoção. Os dois casais implicados na transacção foram detidos pela polícia.



Luís Blériot, pioneiro da aeronáutica e primeiro homem

que atravessou o canal da Mancha num frágil avião, nasceu em Cambrai, França, a 1 de Julho de 1872. Em 1900 construiu o ortóptero, uma espécie de pássaro mecânico, provido de asas accionadas por motor de anidrido de carbono.

ANEDOTAS

QUE ARTISTA!

— O senhor é artista? — pergunta uma senhora a um senhor.

- Sim, minha senhora.
- Poeta, talvez?
- Não, senhora.
- Pintor?
- Sim, senhora.
- De paisagens?

— Não, senhora. De cabelo. Sou cabeleireiro.

PALAVRAS CRUZADAS

— Compreendo a estranha deformação da sua vista: um dos olhos olha verticalmente, e o outro, horizontalmente!

— É precisamente por isso que sou campeão de palavras cruzadas.

PORQUE NÃO?

— Onde esteve o senhor metido?

— Fui cortar o cabelo.

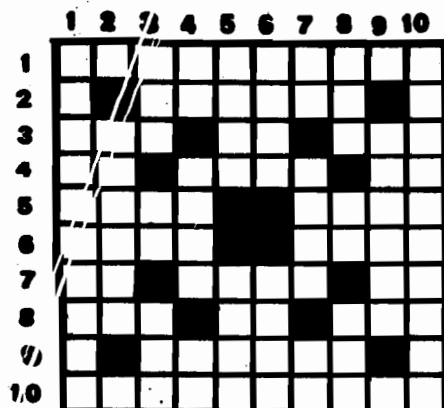
— Durante as horas de serviço?

— Claro. O cabelo também cresce durante as horas de serviço!





PALAVRAS CRUZADAS PROBLEMA N.º 235



HORIZONTAIS — 1 — País membro da SADCC. 2 — Cidade africana. 3 — Espaço de 24 horas; porco; organização de todos os países. 4 — Vogal e consoante; anagrama de GOAM; nota musical. 5 — Ave doméstica; reza. 6 — O mesmo que alie; nome feminino (anagr.). 7 — Nota musical; anagrama de SMO mais vogal; soletrei. 8 — Quadrúpede doméstico; vogal repetida; anagrama de ONU. 9 — Um continente. 10 — Diminutivo de Ricardo.

VERTICAIS — 1 — País africano. 2 — País europeu. 3 — Tribo; soletrei; animal doméstico (inv.). 4 — Duas vogais; dirige abastecimento; nota musical. 5 — Assassina; reza (anagr.). 6 — Cidade europeia (anagr.); 24 horas (inv. pl.). 7 — Vogal e consoante; consoante e três vogais; consoante e vogal. 8 — Consoante e duas vogais; sorri; anagrama de ANO. 9 — Ana-

grama de LUFANA. 10 — Herói africano (diminutivo).

Colaboração de António Matias Zandamela

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 234

HORIZONTAIS — 1 — Riso; mo; Mame. 2 — Avisa; aereo. 3 — Almirantes. 4 — M; oia; oas; e. 5 — Al; o; ra; s; fs. 6 — Gas; mito; rop. 7 — Rio; paes; ari. 8 — Oa; g; cu; m; ar. 9 — S; ara; aom; a. 10 — Crustaceos. 11 — Frota; oleos. 12 — Suna; to; asma.

VERTICAIS — 1 — Ra; magros; fs. 2 — Iva; laia; cru. 3 — Silo; so; aron. 4 — Osmio; gruta. 5 — Aia; mp; asa. 6 — M; r; riac; t; t. 7 — O; a; ateu; a; o. 8 — Ano; os; aco. 9 — Metas; moela. 10 — Ares; ra; moes. 11 — mes; fora; som. 12 — Eo; es-pira; sa.

OBJECTIVA



Pela
PAZ

16 de Março de 1984

ACORDO NKOMATI ACCORD

LICÍNIO AZEVEDO

Relatos do Povo Armado



2.º VOLUME

 cadernos tempo

NO PRELO

DÊ JUVENTUDE AOS SEUS PNEUS!

Estimado Cliente,

Assunto: Recauchutagem e Reparação de Pneus

Exmo. Senhor,

Temos o grato prazer de informar V.Exa., que depois de um período de paragem devido a trabalhos de reorganização e reactivação, se encontra já em laboração uma moderna unidade industrial para recauchutagem e reparação de pneus comerciais e pesados utilizando matérias primas e tecnologia da Mabor de Moçambique.

A reorganização levada a efeito, criou um conjunto técnico/laboral altamente especializado que assegura a partir de agora uma qualidade do produto final do mais alto nível.

Temos muito gosto em proporcionar a V.Exa., os esclarecimentos complementares que desejar, através dos nossos telefones, 26692, 71911, ou nas nossas instalações sitas na Ava. de Moçambique, Km.12, Estrada Nacional nº.1 ou ainda fazendo deslocar um dos nossos Inspectores.

A DIRECÇÃO
